MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Ensino
Diretoria de Educação a Distância

INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)

CAMPUS CABEDELO CENTRO

CABEDELO, JANEIRO DE 2025

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSO EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CABEDELO, JANEIRO DE 2025


INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Leonardo Barchini

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Marcelo Bregagnoli

REITORA DO IFPB
Mary Roberta Meira Marinho

PRÓ-REITOR DE ENSINO DO IFPB
Neilor Cesar dos Santos

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO IFPB
Silvana Luciene do Nascimento Cunha Costa

DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Francisco de Assis Rodrigues de Lima

DIRETOR DE PÓS-GRADUAÇÃO
Geísio Lima Vieira

DIRETOR GERAL DO IFPB-CAMPUS CABEDELO
Jailson Oliveira da Silva

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DO IFPB-CAMPUS CABEDELO
George Glauber Félix Severo

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC – PORTARIA 58/2026 - DCACC/REITORIA/IFPB, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Jailma Freire Marinho | Presidente
Bruna Alice Taveira de Lima | Docente
Cinthya Raquel Pimentel da Mota | Coordenadora da COPED/COPAE
Sinthya Pinheiro Costa | Docente
Katucha Kamilla Marques Pereira | Docente

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO ---------- 6
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ---------- 7
1.2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO ---------- 7
1.3. REFERENCIAIS POLÍTICOS E LEGAIS ---------- 8
1.4. DEFINIÇÃO DE VAGAS, FORMA DE INGRESSO E PROCESSO SELETIVO ---------- 11
1.5. DESLIGAMENTO E REINGRESSO NO CURSO ---------- 11
2. CONTEXTUALIZAÇÃO ---------- 12
2.1. HISTÓRICO DO CURSO ---------- 12
2.2. *CAMPUS* CABEDELO CENTRO ---------- 13
2.3. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO ---------- 14
2.4. PREVISÃO DO CURSO NO PDI ---------- 16
3. PARTIICPANTES ---------- 16
4. OBJETIVOS ---------- 16
4.1 GERAL ---------- 16
4.2 ESPECÍFICOS ---------- 16
5. PERFIL PROFISSIONAL ---------- 17
6. ORGANIZAÇÃO DO CURSO ---------- 18
6.1. PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS ---------- 18
6.2. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR ---------- 28
6.2.1. OFERTA DO CURSO POR MEIO DE ESFORÇO INSTITUCIONAL ------ 29
6.2.2. ORFERTA DO CURSO POR MEIO DE PROGRAMAS E PROJETOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA ---------- 30
7. FORMATO A DISTÂNCIA ---------- 31
8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO ---------- 33
8.1. SOBRE O PLANO DE FORMAÇÃO ---------- 34
8.2. ORIENTAÇÕES PROCEDIMENTAIS ---------- 35
9. PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS ---------- 38
9.1. ORIENTAÇÕES PRÁTICAS AOS DOCENTES ---------- 40

9.2. ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES E ORIENTAÇÃO ---------- 41
9.3. ACOMPANHAMENTO DOS DOCENTES ---------- 42
9.4. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM ---------- 42
9.5. MATERIAIS DIDÁTICOS ---------- 43
10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ---------- 43
10.1. CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO ---------- 46
10.2. APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS ---------- 46
11. INFRAESTUTURA ---------- 47
12. CORPO DOCENTE ---------- 49
13. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO ---------- 49
14. GESTÃO DO CURSO ---------- 51
15. COLEGIADO ---------- 52
16. AVALIAÇÃO DO CURSO ---------- 52
REFERÊNCIAS ---------- 54
ANEXO I – DETALHAMENTO DA CARGA HORÁRIA (C.H.) DE DISCIPLINAS ---------- 60
ANEXO II – EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS ---------- 64

1. APRESENTAÇÃO

Este documento se refere ao Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a ser oferecido através do *Campus* Cabedelo Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil - UAB. Elaborado pela Comissão de Elaboração do Curso, conforme Portaria 50/2026 - DCACC/REITORIA/IFPB, de 14 de setembro de 2026, este projeto teve apoio do corpo docente e das unidades acadêmico-administrativas do *Campus* Cabedelo Centro, como a Diretoria de Desenvolvimento de Ensino e Departamento de Articulação Pedagógica.

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, em sua nova edição, integra a Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT (Brasil, 2024), em consonância com o Decreto nº 8.752/2016, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, e em atendimento à meta 15 do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Na sua ideologia, este Plano Pedagógico constitui-se instrumento teórico-metodológico que visa alicerçar e dar suporte ao enfrentamento dos desafios do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica de uma forma sistematizada, didática e participativa. Determina a trajetória a ser seguida pelo público-alvo no cenário educacional e tem a função de traçar o horizonte da caminhada, estabelecendo a referência geral, expressando o desejo e o compromisso dos envolvidos no processo.

É fruto de uma construção coletiva dos ideais didático-pedagógicos, do envolvimento e contribuição conjunta do pensar crítico dos docentes da comissão, sempre amparado na legislação educacional vigente e diretrizes institucionais, visando o estabelecimento de procedimentos de ensino e de aprendizagem aplicáveis à realidade e, consequentemente, contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico.

Com isso, pretende-se que os resultados práticos estabelecidos neste documento culminem em uma formação globalizada e crítica para os envolvidos no processo formativo e beneficiados ao final, de forma

que se exerça, com fulgor, a cidadania e se reconheça a educação como instrumento de transformação de realidades e responsável pela resolução de problemáticas contemporâneas.

Sendo assim, este Plano Pedagógico de Curso (PPC), configura-se como instrumento de ação política balizado pelos benefícios da educação de qualidade, tendo a pretensão de direcionar o cidadão educando ao desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas no âmbito da Instituição e profissionais, após ela, pautando-se na competência, na habilidade e na cooperação.

Ademais, com a implantação efetiva do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica no *Campus* Cabedelo Centro, o IFPB consolida a sua vocação de instituição formadora na região de profissionais cidadãos capazes de lidarem com o avanço da ciência e da tecnologia, promovendo a participação de forma proativa e configurando condição de vetor de desenvolvimento tecnológico regional e de crescimento humano.

1.1.IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

CNPJ: 10.783.898/0001-75
Razão social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba Campus Cabedelo Centro
Esfera administrativa: Federal
Site: https://www.ifpb.edu.br/cabedelocentro
E-mail: dde.cc@ifpb.edu.br
Endereço: R. Duque de Caxias, s/n - Centro, Cabedelo - PB, 58100-263
Cidade: Cabedelo – PB

1.2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do curso: Pós-graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica.
Área de conhecimento (CAPES): Educação (código 70800006)
Formato de oferta: Curso a Distância
Número de vagas: 200 vagas ofertadas por meio de sete polos

Polos UAB: Alagoa Grande, Araruna, Duas Estradas, Itaporanga, João Pessoa, Mari e Taperoá.

Periodicidade de oferta de vagas: a cada 2 anos, desde que em conformidade com o PDI 2026-2030, a capacidade institucional e o instrumento de financiamento de cada oferta.

Turno: Integral

Público-alvo: Profissionais portadores/as de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), preferencialmente atuantes ou que pretendem atuar em espaços e funções de gestão na Educação Profissional e Tecnológica pública, em especial na direção e vice direção de escola, coordenação pedagógica, orientação educacional e supervisão de ensino, dentre outros.

Carga horária (horas): 360

Duração (semestres): Mínima: 2 semestres / Máxima: 3 semestres

Coordenação do Curso: Definida por processo seletivo.

Processo seletivo: Processo seletivo próprio, descrito em edital publicado pela Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (PRPIPG).

1.3. REFERÊNCIAIS POLÍTICOS E LEGAIS

Para elaboração deste PPC, a comissão constituída pela Portaria 43/2024 - DCACC/REITORIA/IFPB, de 11 de novembro de 2024 considerou as orientações políticas e a legislação que regulamenta a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* no Brasil, em particular as citadas abaixo:

1. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
2. Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.
3. Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, de agosto de 2007, que define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na modalidade de educação a distância;
4. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que dispõe sobre a oferta da educação a distância por instituições da educação superior.
5. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

6. Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
7. Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018, que altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
8. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
9. Resolução nº 4, de 16 de julho de 2021, que altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.

Além destas Diretrizes Nacionais, a comissão constituída pela Portaria 58/2026 - DCACC/REITORIA/IFPB, de 14 de setembro de 2026 considerou, também, os atos regulatórios do IFPB definidos nas seguintes normativas:

1. Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena (lei n. 11.645 de 10/3/2008).
2. As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e as diretrizes para Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
3. Resolução 22/2022 CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB. Convalida a Resolução AR 79/2021 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB que dispõe sobre o Regulamento do processo de reconhecimento de competências e saberes adquiridos, o processo de extraordinário aproveitamento nos estudos, o processo de aproveitamento de componente curricular, os procedimentos para equivalência de componentes curriculares dos cursos de graduação ofertados pelo IFPB e dá outras providências;
4. Resolução nº 145 – CS. De 17 de novembro de 2017. Dispõe sobre o Regulamento Geral dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

5. Resolução CNE / CSE nº 1, de 06 de abril de 2018. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
6. Resolução n° 132, de 02 de outubro de 2015. Dispõe sobre a aprovação da Política Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;
7. Nota Técnica nº 01/2016- DES/PRE. Dispõe sobre o procedimento para cumprimento das Resoluções nº 132/2015-CS/IFPB, que trata da "Política Ambiental" e de sua integração aos programas dos cursos superiores ofertados no âmbito do IFPB;
8. Resolução nº 145 – CS, de 17 de novembro de 2017. Estabelece que no PPC deve constar informações gerais sobre o processo de admissão aos cursos de pós-graduação *lato sensu*, que será definido por edital de seleção, publicado pela PRPIPG, a partir da solicitação do campus e conforme fluxo de editais do IFPB.
9. Normativa Nº 742, de 2 de agosto de 2018. Dispões sobre a oferta de atividades presenciais, em cursos de EaD,
10. Resolução – CS nº 72, de 13 de dezembro de 2019. Regulamenta a composição das atividades *on-line*, atividades presenciais e a constituição do quadro de notas dos cursos e de componentes curriculares ofertados na modalidade à distância, no âmbito do IFPB.
11. Resolução 63/2021 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
12. Portaria 851/2023 - REITORIA/IFPB, de 16 de maio de 2023. Designa os representantes da Comissão Própria de Avaliação - CPA e das Subcomissões Próprias de Avaliação - SPA das unidades do IFPB.
13. Resolução n° 240, de 17 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Acessibilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
14. Resolução 6/2024 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB. Dispõe sobre o Regulamento das Coordenações de Acessibilidade e Inclusão (CLAIs) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
15. Resolução n° 146, de 02 de outubro de 2015. Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos nos cursos de educação superior e educação profissional técnica de nível médio oferecidos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

16. Resolução nº 145 – CS. De 17 de novembro de 2017. Dispõe sobre a obrigatoriedade da defesa presencial individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso nos cursos de pós-graduação *lato sensu*.
17. Resolução 61/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB. Convalida a Resolução AR 17/2022 que dispõe sobre o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, e dá outras providências.
18. Resolução-CS N° 24, de 30 de abril de 2019. Dispõe sobre o Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
19. Cartilha Institucional: Conhecendo o transtorno do espectro autista.
20. Cartilha sobre Saúde Mental

1.4. DEFINIÇÃO DE VAGAS, FORMA DE INGRESSO E PROCESSO SELETIVO

Os processos seletivos do IFPB são constituídos tendo por base legal a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e alterações posteriores, que dispõem sobre o ingresso nas Universidades e Instituições Federais, reservando no mínimo 50% das vagas ofertadas para estudantes provenientes da Rede Pública de Ensino, abrangendo subgrupos destinados a candidatos com renda per capta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio); autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; que sejam pessoas com deficiência (PcD), como definida na Lei n° 13.146, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

De acordo o Regimento Geral dos Cursos de Pós-graduação *lato sensu*, Resolução no 145-CS, de 17 de novembro de 2017, o processo de admissão aos cursos de pós-graduação *lato sensu* será definido por edital de seleção publicado pela PRPIPG, a partir da solicitação do *campus* e conforme fluxo de editais do IFPB.

O curso de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, quando ofertado por meio de esforço institucional, oferece 200 vagas distribuídas em 7 polos UAB - Alagoa Grande, Araruna, Duas Estradas, Itaporanga, João Pessoa, Mari e Taperoá. com registro na carga horária docente. Quando ofertado por meio de sistemas públicos de Educação a Distância: Universidade Aberta do Brasil, Rede e-Tec Brasil, ou em convênios, programas e projetos de Educação a Distância, conforme legislação em vigor, o curso oferece até o limite de 200 vagas, distribuídas nos polos definidos em edital.

Para a primeira oferta do curso, em 2026, recomenda-se a forma de ingresso por processo seletivo próprio, descrito em edital, e por se tratar de curso apoiado pelo programa UAB, deve-se cumprir prazos para início da oferta e quantitativo de vagas estipulado pelo programa.

1.5. DESLIGAMENTO E REINGRESSO NO CURSO

O discente será desligado do curso em caso de não cumprimento dos requisitos do Trabalho de Conclusão de Curso nos prazos estabelecidos pela Coordenação. Em relação a reingresso no curso, de acordo o Regimento Geral dos Cursos de Pós-graduação *lato sensu*, Resolução no 145-CS, de 17 de novembro de 2017, o processo seletivo do curso terá validade somente para a matrícula no curso e período para o qual o candidato foi aprovado, não havendo possibilidade de reingresso.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O mundo atual caracteriza-se pela fragmentação e pela dispersão da produção econômica, pela hegemonia do capital financeiro, pela rotatividade de mão de obra, pela obsolescência vertiginosa das qualificações para o trabalho em decorrência do surgimento incessante de novas tecnologias, pelo desemprego estrutural, pelas desigualdades, causando exclusão social, econômica e política.

Para além desses aspectos, a sociedade contemporânea é marcada por uma descentralização do poder, com ênfase na multiplicidade e na diversidade de perspectivas e de identidades (Veiga-Neto, 2007). Esse entendimento abre a discussão sobre a identidade das instituições de Educação Profissional e Tecnológica como lugares de construção de diálogos e compromissos com a educação pública, gratuita e de qualidade, compreendida como recurso necessário para a transformação dessa realidade.

2.1.HISTÓRICO DO CURSO

Espera-se que uma instituição de EPT, além de oportunizar o acesso a todos/as, seja também aquela de cuja construção todos/as possam participar, de modo que sua atuação social corresponda aos interesses mais amplos da sociedade. É preciso considerar, todavia, que a gestão das instituições de ensino de EPT se contextualiza em um cenário sócio-histórico complexo, marcado por rupturas, contradições e desafios em relação às políticas públicas específicas para esse campo.

Assim, o exercício da gestão implica, além da inerente dimensão técnica, a necessidade de postura reflexiva e crítica por parte de quem a exerce, em relação às questões políticas que desenham as relações de poder, com as diferentes instâncias da esfera pública, as instituições de EPT e a sociedade.

Fazer gestão na EPT implica enfrentar as contradições históricas que a constituem, fruto da divisão social de classes e da hegemonia do capital, e a consequente exclusão social, econômica e política, fundamentada na divisão social do trabalho.

Esse movimento impõe o enfrentamento da tensão entre o senso comum educacional, que defende a aplicação de métodos e de princípios da administração empresarial capitalista alinhada aos desígnios do mercado, em contraposição a uma concepção de cunho crítico-emancipatório, que considera a condição cultural e histórica do trabalho pedagógico e do papel social da escola, o processo pedagógico como sua especificidade e sua dimensão democrática como práxis social e política (Paro, 2010; 2020).

Assim, ressignificar o papel e a práxis do/a gestor/a na EPT implica entender a sua condição política, redimensionando as relações sociais de poder no interior da escola e dela com a sociedade, construindo um processo de caráter eminentemente democrático. Nessa perspectiva, é fundamental a compreensão de que a gestão educacional e escolar na EPT carrega em si o compromisso de promover a participação ativa de estudantes, educadores/as e membros da sociedade no processo de tomada de decisões e na organização das instituições de ensino.

2.2. *CAMPUS* CABEDELO CENTRO

A partir desse cenário e, ainda, da percepção de que todo e qualquer processo de mudança e evolução passa necessariamente pela informação, pela formação e pelo direito ao acesso a todo e qualquer ambiente, seja ele material ou virtual, o IFPB segue atendendo demandas por ampliação das possibilidades de acesso à pós-graduação. Sob essa perspectiva, estabelece-se uma nova cultura educacional por meio da adoção de recursos pedagógicos e tecnológicos próprios da Educação a Distância, com vistas a minimizar o déficit educacional instalado. É possível indicar com números como esta modalidade vem democratizando o acesso à educação, mudando caminhos, alcançando as realidades mais diversas, conforme se verifica com os dados do quadro 1, que indicam a expansão da modalidade EAD no IFPB, em nível de médio, graduação e pós-graduação.

Quadro 1 – Cursos ofertados no formato a distância pelo IFPB

Nível	Curso
Médio (subsequente)	Comércio Exterior, Guia de Turismo, Serviços Jurídicos, Informática para a Internet e Transações Imobiliárias.
Graduação	Administração Pública, Computação e Informática e Letras - Língua Portuguesa.
Pós-Graduação (lato sensu)	Docência para Educação Profissional e Tecnológica, Ensino de Língua Portuguesa como 2ª Língua para Surdos, Línguas Estrangeiras Modernas, Ensino de Ciências e Matemática e Libras.

Fonte: IFPB - Portal do estudante

O *campus* Cabedelo Centro tem experiência com ensino no formado a distância, com 4 ofertas de curso, a saber: técnico em Guia de Turismo, técnico em Comércio Exterior, técnico em Transações imobiliárias e técnico em Serviços Jurídicos.

2.3. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

Considerando a gestão de uma instituição como mediação para a realização de determinados fins, não há como ensinar valores democráticos sem que as práticas institucionais estejam imbuídas nesses mesmos princípios e significados. Essa abordagem, comprometida com a transparência, com a inclusão, com a responsabilidade compartilhada e com o fortalecimento da comunidade educacional, visa a possibilitar uma educação de qualidade e a formação cidadã dos/as estudantes.

Trata-se, portanto, do exercício da cidadania que possibilita a apropriação e a construção da instituição escolar como um território verdadeiramente público. Assim, a gestão na EPT deve estar voltada a possibilitar o engajamento de diferentes sujeitos na realização dos objetivos institucionais. Para Ângelo Ricardo de Souza (2009, p. 125), trata-se de

> [...] um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas.

Sendo assim, a oferta do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica com tais concepções se justifica, tendo em vista a necessidade de formação nessa área como uma oportunidade aos educadores e às educadoras que atuam ou que desejam atuar em espaços e

em funções de gestão na EPT, para conhecimento, planejamento, implementação e acompanhamento de políticas e de processos da Educação Profissional e Tecnológica em instituições públicas.

No processo de formação para a gestão na EPT, o que se coloca é a necessidade de compreensão do referencial que sustenta a práxis crítica, reflexiva, democrática e emancipatória, tanto dos membros da comunidade escolar quanto da própria instituição, procurando superar a contradição que existe entre uma educação democrática e uma gestão puramente gerencial (Paro, 2010). É de fundamental importância que o/a gestor/a se apoie nos pressupostos da teoria crítico-dialética, relacionando-a com a prática social, e que esteja comprometido/a em resolver problemas da educação no contexto da escola, além de buscar atender aos interesses da classe trabalhadora e da transformação social (Veiga, 2018).

Considerando o caráter público da educação, a gestão democrática, portanto, demanda relações fundadas em regras de colaboração, corresponsabilidade e solidariedade entre os diferentes segmentos que constituem cada instituição. Trata-se, portanto, da gestão social que se contrapõe ao modelo de gestão estratégica das instituições mercantilistas, por meio da qual o processo decisório é exercido pela participação ativa e solidária dos diferentes sujeitos sociais, fundamentado na ação dialógica a fim de alcançar a integralidade da dimensão humana (Tenório, 1998, 2006). Esse diálogo coletivo, constituinte do modelo de gestão social das instituições,

> vai significar que a legitimidade das decisões deve ter origem em espaços de discussão orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum. Espaços onde se articulam diferentes atores que vocalizam as suas pretensões com o propósito de planejar, executar e avaliar políticas públicas ou decisões de produção (Tenório, 2006, p. 1147).

Isso representa um grande desafio, na medida em que implica a mudança de lógica dos processos autoritários para um processo educativo de comprometimento e de construção da autonomia baseada no compromisso com os objetivos maiores da instituição. Como afirma Denise Leite (2005), a participação permite que os atores institucionais criem e recriem os processos constituintes de organização e de funcionamento em cada instituição.

Considerando os aspectos apontados, o que se propõe como percurso formativo é o aprofundamento da formação crítico-dialética em relação às dimensões científicas, sociais e políticas da EPT. Com isso, espera-se que os/as profissionais da educação possam ter acesso aos subsídios teóricos para planejar e desenvolver formas e estratégias de gestão das instituições de educação, de modo a constituir espaços educacionais que possibilitem a criação de condições para a formação integral do ser humano (Paro, 2010; Ramos, 2008).

Desse modo, o percurso formativo do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na EPT estrutura-se a partir de uma concepção de gestão social participativa e dialógica, como possibilidade para a prática educativa emancipatória e autônoma, tanto dos membros da comunidade escolar quanto da própria instituição.

Historicamente, ao longo de sua trajetória, o IFPB tem se destacado no cenário paraibano como uma instituição de referência educativa, ministrando cursos nas áreas técnica e tecnológica. Na oferta de cursos de pós-graduação, entretanto, a atuação é recente, muito em virtude de sua relação histórica com a formação profissional técnica.

O curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão na EPT busca capacitar profissionais para atuar em espaços e funções de gestão na Educação Profissional e Tecnológica pública, em especial na direção e vice direção de escola, coordenação pedagógica, orientação educacional e supervisão de ensino, dentre outros.

Em nível estadual, existe campo de atuação profissional para o especialista em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, sendo assim requerido das instituições públicas de ensino profissional o cumprimento da formação de profissionais, que podem atuar na gestão.

2.4. PREVISÃO DO CURSO NO PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB (PDI 2026 -2030) traça ações para o cumprimento da missão Institucional do IFPB em "ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir para com a formação de cidadãos que atuem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática." Dentre essas ações, o item 4.2.2.5 do PDI, estabelece a oferta regular de ao menos um curso no formato a distância.

3. PARTICIPANTES

Poderão participar do curso profissionais portadores/as de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), preferencialmente aqueles/as que atuam ou que pretendem atuar em espaços e funções de gestão na Educação Profissional e Tecnológica pública, em especial na direção e na vice-direção de escola, coordenação pedagógica, orientação educacional e supervisão de ensino, dentre outros.

4. OBJETIVOS

4.1. GERAL

Promover o aprimoramento dos conhecimentos em Gestão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) por meio de reflexões teórico-críticas e contextualizações práticas, considerando as especificidades dessa modalidade educacional e os compromissos com a educação pública emancipatória, na perspectiva da gestão democrática e participativa.

4.2. ESPECÍFICOS

1. Compreender os fundamentos de uma gestão escolar participativa e democrática;
2. Examinar as políticas públicas e a legislação educacional em uma perspectiva histórica e crítica e suas implicações para a oferta e para as condições de desenvolvimento da EPT;
3. Analisar as relações entre gestão pedagógica, administrativa e de pessoal, considerando os objetivos da escola e as práticas de organização e gestão com foco na melhoria da aprendizagem;
4. Conhecer ferramentas de gestão e formas de organização do trabalho escolar considerando preceitos democráticos, participativos e dialógicos em vista do planejamento acadêmico, da (re)elaboração de projetos pedagógicos e de planos de ensino e da avaliação institucional;
5. Discutir os aspectos dos ambientes social, cultural, econômico e político a serem considerados na configuração situacional de escolas que ofertam a EPT;
6. Refletir sobre a relação trabalho, sociedade e educação e suas implicações para a formação humana omnilateral, politécnica e emancipatória;
7. Estabelecer as relações entre teorias e práticas de gestão na EPT à luz da necessidade da formação humana integral e da relação com o mundo do trabalho;
8. Conhecer o teor das propostas de gestão pública educacional dos organismos multilaterais internacionais e suas implicações para a EPT brasileira;
9. Refletir sobre as relações de poder no cotidiano escolar considerando a perspectiva da gestão democrática e os compromissos da formação humana integral e emancipatória na EPT;
10. Analisar formas mediante as quais os gestores podem atuar na mobilização para o diálogo entre coletivos escolares na EPT, sobretudo para a elaboração compartilhada de propostas e estratégias orientadas por valores éticos de emancipação social;
11. Discutir formas de condução ao diálogo da escola com a comunidade externa, com as entidades de representação, com os sistemas de ensino e com o poder público;

12. Explicitar valores e normas do serviço público e a importância do controle social, das relações com os sistemas de ensino, comunidades e movimentos sociais para a efetivação da gestão democrática e participativa;
13. Compreender estratégias de inclusão social e educacional na EPT baseadas nos preceitos da igualdade, equidade e valorização das diversidades (culturais, étnicas, raciais, de gênero, orientação sexual, etárias, das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, regionais, territoriais, políticas e religiosas);
14. Verificar formas de fomento à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, inclusive por meio de políticas institucionais;
15. Discutir as conexões entre o planejamento acadêmico e a avaliação institucional como meio de efetivar a gestão democrática e participativa;
16. Averiguar formas pelas quais a gestão na EPT pode contribuir para atenuar os riscos da evasão e do abandono discentes e encorajar a permanência e o êxito escolares.

5. PERFIL PROFISSIONAL

O perfil profissional desejado para os/as egressos/as deste curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica está centrado no entendimento crítico de como agir, em face das complexas situações do mundo do trabalho, na gestão de instituições, coletivos de trabalho pedagógico e na implementação de políticas públicas concernentes a essa modalidade educacional. Isso pressupõe ter em vista:

- o conhecimento sobre como investigar o ambiente social, cultural, econômico e político em que se situa a escola;
- a compreensão das relações de poder, da importância da comunicação interna e externa à escola e do trabalho em equipe;
- o planejamento dialógico, a (re)elaboração de projetos pedagógicos e de planos de ensino, a avaliação institucional e a implementação de ferramentas de gestão e de novos processos de organização do trabalho escolar e pedagógico de forma democrática e participativa;
- a mobilização da capacidade de diálogo dos coletivos escolares para a elaboração compartilhada de propostas e estratégias destinadas a enfrentar os desafios sociais, educacionais, econômicos e ambientais que surgem, pautadas pelos valores da ética e da emancipação social;

- a implementação de processos que visem à inclusão social e educacional, à igualdade e ao respeito às diversidades culturais (culturais, étnicas, raciais, geracionais, de gênero, orientação sexual, territoriais, políticas e religiosas e de pessoas com deficiência);
- a transparência na gestão dos recursos, privilegiando ampla discussão e decisão em relação à sua aplicação;
- a valorização dos membros da comunidade escolar, dando voz e escuta ativa aos/às estudantes e às suas representações, aos/às docentes, pais, mães ou responsáveis, funcionários/as técnico-administrativos e conselho escolar ou órgãos colegiados;
- o amplo diálogo com a comunidade, com as entidades de representação, com os sistemas de ensino e com o poder público;
- o comprometimento com os valores e as normas do serviço público, a cultura do controle social, a valorização das relações com os sistemas de ensino, as comunidades e os movimentos sociais, na perspectiva da gestão democrática e participativa;
- a participação da escola em redes de cooperação comprometidas com a expansão da EPT pública, democrática, inclusiva e emancipatória;
- a divulgação dos sucessos obtidos pelo coletivo da escola, seus/suas professores/as, estudantes e técnico-administrativos;
- as formas pelas quais a gestão na EPT pode contribuir para atenuar os riscos da evasão e do abandono discentes e encorajar a permanência e o êxito escolares.

6. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

6.1. PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

Além da referência legal, é preciso destacar que a Educação Profissional e Tecnológica faz parte de uma proposta de política pública de educação sintonizada com um projeto social emancipatório. Esta proposta, ao articular a oferta educacional (ampliada e interiorizada) com uma concepção histórico-crítica do processo educativo, busca a formação omnilateral dos sujeitos. A intencionalidade de tais políticas é a de que estas estejam vinculadas ao contexto social em que são implantadas e a de que a educação seja considerada

> [...] não apenas como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos

> objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (Pacheco, 2011, p. 17).

Dessa maneira, as referências tecnicistas das diferentes versões históricas da Educação Profissional e Tecnológica à sua gestão, bem como seu objetivo limitado à formação/qualificação de mão de obra, são substituídas por uma visão humanista e vinculada aos problemas do mundo do trabalho contemporâneo. Nesse sentido, a proposta curricular do curso assume a concepção da EPT em uma perspectiva crítico-dialética e emancipatória. Para tanto, orienta-se pelos princípios que regem a Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT definida pela Setec/MEC: a formação humana integral; o trabalho como princípio educativo; a prática social como produtora de conhecimentos; a indissociabilidade das dimensões do processo educativo; e os educandos como produtores de conhecimento (Brasil, no prelo, p. 22-28).

Formação humana integral

Em termos da formação humana integral, a gestão educacional e escolar da EPT pode contribuir para superar a divisão dos seres humanos entre os que pensam e os que executam e a hierarquia de conhecimentos subordinada à diferenciação das classes sociais.

A perspectiva de formação humana integral, no âmbito da EPT, requer que o trabalho de gestão educacional planeje e desenvolva, em conjunto com os profissionais da EPT, estratégias para superar os entraves relacionados aos investimentos financeiros, à estrutura física necessária para o funcionamento das atividades educacionais, ao desenvolvimento dos recursos tecnológicos e às políticas de valorização dos profissionais da educação, com vistas à promoção da autonomia das unidades educacionais. Nessa perspectiva, a gestão precisa mobilizar a comunidade escolar para a definição de um projeto político-pedagógico cujo princípio central encaminhe o planejamento e a práxis educativa visando à formação profissional de cunho emancipatório.

Nesse sentido, faz-se necessário suprimir a hierarquia de conhecimentos de origem classista; entender a educação profissional e tecnológica como um bem público e um instrumento de valorização do trabalho e dos trabalhadores; compreender as bases materiais da formação de sujeitos históricos e da consciência de classe social; valorizar a história do trabalho e do conhecimento na constituição da humanidade e entender a realidade concreta como síntese dialética.

A perspectiva de educação integral consiste na formação omnilateral do ser humano, com desenvolvimento pleno de suas potencialidades e consciente de suas capacidades para libertar-se da

alienação. A formação humana integral é, segundo Marise Ramos (2005), um dos princípios da EPT, cujas dimensões são trabalho, ciência e cultura.

A concepção de educação omnilateral, além da formação politécnica, também engloba os conhecimentos teóricos e práticos do desenvolvimento intelectual humano, como constituintes de sua dimensão social. Para Gaudêncio Frigotto (2012, p. 267), a educação omnilateral significa

> [uma] concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza.

Tal concepção crítica de educação busca considerar as relações históricas, sociais e culturais como dimensões integradas ao contexto social da vida humana (Saviani, 2008).

No movimento de constituir-se histórica e culturalmente sobre processos produtivos e, por consequência, nos processos socioculturais, o trabalho humano é concebido como práxis mediadora e transformadora da natureza pelos indivíduos, na produção de sua sobrevivência.

Portanto, para superar a formação do ser humano alienado pela divisão social do trabalho, a formação humana integrada não somente possibilita uma articulação entre educação básica e formação para o trabalho, como também oportuniza uma formação politécnica e integradora dos conhecimentos científico-tecnológicos (Ciavatta, 2014).

Nessa direção, a educação integral busca superar a formação escolar subalterna e voltada para o mercado de trabalho. Ela visa, sobretudo, a uma educação para o mundo do trabalho, cujo processo formativo objetiva a construção de conhecimentos que possibilitam o desenvolvimento da consciência crítica acerca da natureza e das contradições da sociedade capitalista, do seu domínio técnico, tecnológico e econômico sobre os seus processos produtivos. Ao estimular o aproveitamento do potencial da prática educativa em todas as suas dimensões, a formação humana integral permite transcender a visão utilitarista do ensino e libertar o ser humano da alienação, a partir do desenvolvimento das suas capacidades de pensar, sentir e agir nas relações sociais e com o mundo do trabalho.

O trabalho como princípio educativo

A reflexão sobre a formação humana integral nos leva à questão do trabalho como princípio educativo. Esse princípio sugere que uma das atribuições dos/as educadores/as em EPT é possibilitar que o/a educando/a consiga identificar a historicidade do trabalho humano e o papel das classes sociais no desenvolvimento dos processos produtivos; entender o trabalho como elemento essencial na transformação da natureza, da sociedade e do próprio ser humano; e compreender que a ciência resulta da transformação teorizada do trabalho.

O trabalho é uma dimensão fundante na produção da vida social para a concretização de uma proposta educacional cujo objetivo é a formação humana integral. Lucília Machado (2023, p. 5) considera que "a riqueza humana criada pelos trabalhadores, inclusive em termos de novos saberes, valores e normas, teria o potencial de ser também formativa".

No contexto da produção social capitalista, todavia, a atividade de formar plenamente o ser humano constitui-se em uma atividade desafiadora no sistema educacional. Para Frigotto (2012, p. 272-273),

> o desafio é, pois, a partir das desigualdades que são dadas pela realidade social, desenvolver processos pedagógicos que garantam, ao final do processo educativo, o acesso efetivamente democrático ao conhecimento na sua mais elevada universalidade. Não se trata de tarefa fácil e nem que se realize plenamente no interior das relações sociais capitalistas.

Assumir uma perspectiva educacional que possibilite a formação humana integral exige reconhecer o trabalho como princípio educativo, cuja contribuição visa à apropriação de conceitos e de métodos científicos a partir da integração das dimensões teórica e prática na produção da vida social. Tal concepção de formação pode possibilitar que o ser humano compreenda e supere as condições históricas de exploração e de alienação do trabalho às quais ele é submetido enquanto constituinte da classe trabalhadora, que, além de tudo, hoje, se defronta com avanço da automatização, dos algoritmos e da inteligência artificial (Machado, 2023).

Tomar o trabalho como princípio educativo na perspectiva da formação humana integral estabelece que a educação para o trabalho se torne formação humana na amplitude do seu potencial físico e intelectual e na perspectiva emancipadora do ser social. Ademais, o trabalho como princípio educativo possui significado quando, no processo formativo, são consideradas a historicidade das ações humanas, a realidade socioeconômica em suas contradições, as condições tecnológicas concretas e a totalidade da vida social. Nessa perspectiva, os processos educacionais são tomados como práticas sociais intencionais de construção e de apropriação de conhecimentos, de desenvolvimento de técnicas e de tecnologias no âmbito do desenvolvimento da ciência e da cultura.

A partir da concepção do trabalho como princípio educativo *na* e *para* a perspectiva de educação integral e emancipatória, é fundamental refletir sobre o papel e a contribuição da gestão escolar e educacional nesse processo.

Inicialmente, considera-se que o planejamento, a organização e o acompanhamento das atividades das instituições escolares devem possibilitar a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente. Nesse processo, entende-se que tais ações devem possibilitar a discentes, docentes e demais profissionais da educação a organização e o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem em condições para ampliar e aprofundar a relação teórico-prática na produção do conhecimento para a formação integral do ser humano, particularmente daqueles que vivem do trabalho. Nessa direção, Kuenzer, Abreu e Gomes (2007, p. 472) assinalam que

> ensinar a conhecer, enquanto capacidade de agir teoricamente e pensar praticamente é a função da escola; esse aprendizado não se dá espontaneamente pelo contato com a realidade, mas demanda o domínio das categorias teóricas e metodológicas pelo aprendizado do trabalho intelectual. As novas demandas de articulação entre conhecimento científico e conhecimento tácito reforçam a necessidade de ampliação crescente das oportunidades de acesso ao conhecimento com qualidade como condição necessária à inserção e à permanência nas relações sociais e produtivas para os que vivem do trabalho.

Assim, o trabalho é considerado princípio educativo na medida em que a escola desenvolve as condições concretas para a construção de uma práxis educativa ancorada na perspectiva da pedagogia histórico-crítica.

A partir dessa práxis, é importante refletir como a gestão escolar e educacional pode contribuir para a superação das formas de organização escolar ancoradas em tendências pedagógicas e práticas de ensino fragmentadas e utilitaristas. Para isso, as práticas de gestão escolar e educacional devem possibilitar a articulação entre ciência, cultura, tecnologia e sociedade, tomando o trabalho como princípio educativo.

Prática social como produtora de conhecimentos

A luta diária da humanidade se constitui como um laboratório de vivências e de produção de saberes fundamentais para a sobrevivência individual e coletiva. Assim, a prática social é que possibilita a elaboração de teorias explicativas e de soluções no plano material e imaterial para os desafios da coletividade. Nessa perspectiva, o conhecimento é entendido como produção social coletiva; é necessária a valorização da sabedoria popular vinda da prática diária; a relação prática-teoria-prática informa dialeticamente a ação educativa.

Um dos desafios da gestão na EPT consiste em organizar a instituição e mobilizar as pessoas para que uma educação capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho seja ofertada. Isso exige do/a gestor/a um olhar cuidadoso e atento para a escola, no entendimento desta como um espaço de construção de saberes, como um caminho para a compreensão das interações do sujeito com o mundo do trabalho, assim como das suas inter-relações com o mundo da vida social e do conhecimento. Ou seja, o/a gestor/a precisa reconhecer e tratar a escola como espaço público onde ocorre ensino, extensão e pesquisa como "prática social de conhecimento" (Santos, 1989).

Na mesma direção, Cipriano Luckesi (1985, p. 49) coloca como pressuposto básico "que o conhecimento só nasce da prática com o mundo, enfrentando os seus desafios e resistências, e que o conhecimento só tem seu sentido pleno na relação com a realidade". Para esse autor, o conhecimento compreende três dimensões: inicialmente, como compreensão e transformação do mundo; em segundo lugar, como subsídio para a ação; e, em um terceiro momento, como condição para a libertação. A ação sobre o mundo com vistas à sua transformação exige que o sujeito o compreenda e o interprete.

Os conhecimentos historicamente produzidos para compreensão do mundo foram e são desenvolvidos por um conjunto de sujeitos sociais e são, portanto, históricos e sociais. "Histórico, porque cada conhecimento novo é um aprofundamento de conhecimentos anteriores; e social, porque nenhum sujeito constrói um conhecimento totalmente novo" (Tozoni-Reis, s/d, p. 3).

Nesse sentido, entende-se, a partir desse princípio pedagógico, que cabe ao/à gestor/a criar condições e mobilizar as pessoas para pensar a escola como lugar de busca, de estudo, de conhecimento, de explicação e de compreensão do mundo de forma crítica e reflexiva. Isso implica o permanente diálogo entre a teoria e a prática, motivados por ações do sujeito, inclusive no cotidiano, e demonstra que não basta preencher os requisitos do sistema, sendo necessário, igualmente, diminuir o abismo entre áreas do conhecimento, entre o técnico e o humano.

A análise da prática social como produtora de conhecimento, no contexto da gestão escolar e educacional, implica, necessariamente, repensar a função da educação escolar.

Na perspectiva da gestão social e emancipatória, a gestão escolar e educacional requer que os diversos atores participantes desse processo atuem para não secundarizar a função social intrínseca à educação escolar. Nessa direção, Saviani (2008) defende que a escola deve orientar-se pelo propósito de contribuir com o desenvolvimento integral do ser humano. Para o referido autor, a educação escolar, a partir da concepção histórico-crítica,

> [...] envolve a necessidade de se compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma proposta

> pedagógica cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação (Saviani, 2008, p. 80).

Assim, tanto os desafios da gestão escolar e educacional quanto a implementação da prática social como produtora de conhecimento consistem em criar e em assegurar coletivamente as condições técnicas, pedagógicas e políticas que possibilitem o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos, tecnológicos, científicos e culturais.

Nesse sentido, é fundamental que a gestão escolar reflita sobre a importância da participação ativa dos diferentes sujeitos e segmentos da escola, promovendo-a, a partir do seu compromisso político como horizonte para a construção de uma realidade educacional transformadora (Saviani, 2008).

Indissociabilidade no processo educativo

A indissociabilidade no processo educativo se refere à inseparabilidade contida na expressão ensino-pesquisa-extensão, porquanto, partes de um mesmo processo, que deve permear toda a atividade educativa, a saber: ensino-pesquisa-extensão praticados como partes indissociáveis; integração dialética entre teoria e prática; não hierarquização dessas dimensões no processo educativo.

Na política de formação de profissionais da Educação Profissional e Tecnológica, o princípio da indissociabilidade no processo educativo requer a integração ensino, pesquisa e extensão como dimensões do conhecimento para promover uma formação acadêmica voltada para a realidade social e, portanto, em diálogo constante com a comunidade.

A indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, desde a educação básica, é essencial para proporcionar uma educação mais abrangente, estimulante e conectada com a realidade. Essa integração fortalece a formação dos/as educandos/as, instiga a produção de conhecimento e promove o desenvolvimento social e econômico, contribuindo para o progresso da educação e da sociedade.

A indissociabilidade, a partir do desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras em oposição às tradicionais práticas fragmentadoras do saber, requer soluções ético-políticas institucionais, com definição de finalidades educacionais emancipadoras, capazes de promover a autonomia dos sujeitos envolvidos no processo educacional (Araujo; Frigotto, 2015).

A articulação ensino, pesquisa e extensão – sem afastar as especificidades de cada uma dessas atividades – é um princípio orientador que possibilita a construção da perspectiva de educação humana integral. Tal processo deve considerar a realidade social, econômica, tecnológica e cultural na qual cada instituição está inserida, em cumprimento às suas finalidades e aos seus objetivos estabelecidos no plano de desenvolvimento institucional.

A materialização da integração entre ensino, pesquisa e extensão, na prática acadêmico-científica e cultural, todavia, não se restringe às atividades desenvolvidas entre professores/as e estudantes, pois a indissociabilidade deve ser entendida como atribuição institucional e, portanto, requer o envolvimento dos múltiplos sujeitos que integram cada instituição educacional, especialmente daqueles/as que atuam na gestão e na condução das políticas institucionais. Nessa linha interpretativa, Araújo e Frigotto (2015, p. 64) consideram que, para que se desenvolvam práticas pedagógicas integradoras, são necessárias não somente soluções didáticas, mas também políticas, as quais são fundamentais para que o projeto de ensino integrado se efetive com a plenitude do seu significado político de transformação.

Colocar em prática o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, desde as ações de gestão, portanto, impõe um esforço institucional que visa a superar o modelo educacional alicerçado no trabalho fragmentado entre os segmentos que planejam/decidem e os que executam as atividades que visam ao alcance dos objetivos e das finalidades da educação.

As ações de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do país. Isso porque a produção de conhecimento, a formação de profissionais qualificados e o trabalho em parceria com a sociedade geram impactos que promovem o crescimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. (Gonçalves, 2015).

A integração entre ensino, pesquisa e extensão como conceitos indissociáveis fortalece o sistema educacional. Ao integrar teoria e prática, promover a produção de conhecimento e se envolver ativamente com a comunidade, as instituições de ensino se tornam mais relevantes e conectadas com as necessidades e com as demandas da sociedade. Isso contribui para elevar a qualidade socialmente referenciada da educação, propiciar a valorização do ensino, da pesquisa e da extensão e impulsionar o desenvolvimento educacional do país. (Severino, 2009).

Nessa perspectiva, também a relação entre conhecimentos técnicos e propedêuticos em percursos formativos distintos está sujeita a um movimento de superação com base na indissociabilidade entre os conhecimentos que sustentam a preparação para as funções intelectuais, voltados para ação de planejamento e de supervisão, e os conhecimentos instrumentais, que sustentam a prática das atividades de execução.

O reconhecimento da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão requer a promoção de uma nítida articulação entre essas atividades, para além da dimensão pedagógica. Todavia, tal integração não se faz sem o envolvimento e a efetiva participação das múltiplas instâncias de gestão escolar e educacional.

Para alcançar maior amplitude na indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, requer-se a institucionalização do trabalho coletivo e participativo na e da gestão escolar e

educacional, com vistas ao acompanhamento das atividades de planejamento e de desenvolvimento da educação. Conforme orientam Maciel, Jacomeli e Brasileiro (2017, 483-484),

> a gestão organizacional, integrada à gestão pedagógica, deve estar embasada, além dos imprescindíveis conhecimentos pedagógicos, em uma orientação teórica que possibilite a gestão administrativa e política da escola. Nesse sentido, a gestão organizacional não pode se reduzir a uma pura e simples execução de políticas federais, estaduais e municipais. A compreensão de uma gestão profissionalizada [...] não está em contradição com a democratização da escola, em particular com seus processos decisórios, mas em sintonia com as novas demandas da complexidade da gestão educacional.

Para esse fim, portanto, compreende-se que é atribuição da gestão escolar e educacional encarregar-se do planejamento e do acompanhamento das condições políticas, administrativas, de infraestrutura e de financiamento para atendimento das demandas pedagógicas, técnicas e tecnológicas, como meios que possibilitam o alcance do princípio de indissociabilidade.

Assim, o currículo do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica busca contribuir para a percepção dos/as gestores/as da necessária superação da dicotomia entre ensino, pesquisa e extensão, teoria e prática e conhecimentos técnicos e propedêuticos, de forma a buscar um constante diálogo com a sociedade e com o mundo do trabalho.

Educando/a como produtor/a do conhecimento

A pesquisa como princípio pedagógico trabalha a relação e a articulação dos saberes para a produção de conhecimento e para a intervenção social, com vistas a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Tratar a pesquisa numa ótica pedagógica é compreendê-la como agente possibilitador de emancipação humana, que propicia ao/à estudante a produção de novos conhecimentos, a compreensão da sua realidade e a construção e o fortalecimento de sua autonomia.

O fomento à pesquisa como uma prática diária entre estudantes e educadores/as é uma atividade reflexiva e investigativa, num movimento de ação-reflexão-ação, que proporciona o conhecimento teórico e empírico acerca das temáticas a serem investigadas, repercutindo no processo educativo e formativo do sujeito.

O ato de pesquisar baseia-se em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio pedagógico, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. O desafio colocado à pesquisa é ir além da descoberta científica, pois o seu compromisso com a humanidade deve representar a conjugação do saber, do fazer e do transformar. Os novos conhecimentos

produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de reconhecimento e de valorização no plano nacional e global.

A pesquisa como princípio pedagógico deve ser um dos pilares da atividade acadêmica na EPT. Nesse sentido, tem-se como um dos objetivos da EPT a formação de pessoas voltadas à investigação, à inovação e à difusão de conhecimentos de forma crítica e reflexiva, buscando, com responsabilidade, o desenvolvimento científico, social, econômico, ambiental e tecnológico, do âmbito local ao internacional.

Entendida como elemento articulador do currículo e como um caminho didático e investigativo para aprendizagem, a adoção da pesquisa como princípio pedagógico estabelece uma nova dinâmica em sala de aula. É uma perspectiva que visa à autonomia do/a estudante, tornando o processo de ensino dialógico, e a aprendizagem mais significativa, democrática e comprometida com sua a formação integral.

Cabe aos/às gestores/as mobilizar os/as demais educadores/as para que contribuam com o desenvolvimento de atitudes de pesquisador nos/as estudantes, tendo a pesquisa como fonte de saber e de transformação do ambiente acadêmico em um espaço dinâmico. Por meio da pesquisa, o/a professor/a pode desenvolver uma ação pedagógica diferenciada, aplicando o princípio da ação-reflexão-ação e relacionando a teoria e a prática de forma dialógica, contextualizada, interdisciplinar e flexível.

Além disso, os/as gestores/as devem promover o debate para a organização de um currículo que garanta, em seu espaço e nos seus movimentos, a pesquisa como princípio educativo, de modo que este não seja apenas uma prática e/ou iniciativa individual de cada docente, e sim uma dinâmica fundamental em toda organização curricular.

Apoiados no entendimento advindo das Diretrizes Curriculares Nacionais para EPT sobre a pesquisa como princípio pedagógico, do ponto de vista da organização curricular, são necessárias novas formas de seleção e de organização dos conteúdos.

Esses processos devem contemplar o diálogo entre as áreas de conhecimento, supondo a primazia da qualidade do conhecimento construído na relação com o/a estudante sobre a quantidade de conteúdos apropriados de forma mecânica e a preferência do significado social do conhecimento ante os critérios formais inerentes à lógica disciplinar.

O desenvolvimento do trabalho das instituições educativas, na perspectiva da formação humana integral, tendo a pesquisa como princípio pedagógico, com vistas à sua emancipação, é fundamental para a constituição do/a educando/a como produtor/a do conhecimento.

Tal perspectiva de gestão escolar e educacional tem como pressuposto o desenvolvimento de práticas institucionais que visam a contribuir com os fins da EPT, para incentivar a pesquisa e a autonomia dos/as educandos/as. A finalidade dessa articulação é que essa concepção na e da EPT deve ter como

fundamento as características e as especificidades do processo de trabalho/produção pedagógico escolar (Paro, 1986; 2010), na qual o/a educando/a ocupa espaço central como sujeito produtor do conhecimento.

É, pois, nesse contexto, que os/as gestores/as na e da EPT devem refletir sobre a criação e o aperfeiçoamento das condições administrativas concretas para o desenvolvimento do/a educando/a como produtor/a do conhecimento.

Nessa direção, a pesquisa entendida como princípio pedagógico, com integração entre os saberes que os/as educandos/as já detêm e o conhecimento científico histórico e socialmente produzido, possibilita a intervenção social, com vistas a contribuir para o desenvolvimento individual e coletivo.

Como é possível perceber, os princípios que regem a Política Nacional de Formação de Profissionais da EPT sustentam transversalmente o currículo do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, articulando os conceitos e sua relação com a prática da gestão na e da EPT.

Para tanto, as unidades temáticas e os conhecimentos a serem discutidos em cada uma delas estão organizados para buscar a superação da dicotomia teoria e prática, bem como da dicotomia entre os conteúdos técnicos e propedêuticos na formação técnica, encaminhando para a construção de saberes que sustentam a concepção de gestão democrática, participativa, inclusiva e emancipatória nas instituições de EPT.

6.2. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Este curso é uma ação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), no âmbito da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica, destinada a estabelecer princípios e objetivos para programas e ações de profissionais para atuação na EPT, a serem implementados em regime de colaboração entre os sistemas de ensino em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Nesse sentido, dois outros cursos de pós-graduação *lato sensu* serão oferecidos também no formato a distância. Sua organização curricular é compartilhada e se compõe de 02 (dois) núcleos, denominados comum e específico. O núcleo comum integra os três cursos, enquanto o núcleo específico é destinado a abordar as particularidades de cada curso.

Conforme apresentado no Quadro 2, o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, no formato a distância, se organiza em 02 (dois) núcleos (comum e específico),

divididos em 03 (três) módulos, totalizando 10 (dez) disciplinas, doravante denominadas unidades temáticas, além de 03 (três) momentos de TCC.

Em momento prévio ao início do estudo das unidades temáticas do núcleo comum, a IES ofertante deverá apresentar ao/à estudante as principais funcionalidades do Ambiente Virtual do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas múltiplas possibilidades interativas que serão disponibilizadas ao longo do processo formativo do/a educando/a, com ênfase nas características e especificidades da educação a distância.

6.2.1. OFERTA DO CURSO POR MEIO DE ESFORÇO INSTITUCIONAL

Quadro 2 - Organização curricular e distribuição de carga horária do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, no formato a distância.

MÓDULO	NÚCLEO	UNIDADES TEMÁTICAS	CARGA HORÁRIA (h)
MÓDULO 1 (105h) 1º Semestre	NÚCLEO COMUM (90h)	Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	30
		Trabalho-Educação: fundamentos teóricos e didáticos I	30
		Trabalho-Educação: fundamentos teóricos e didáticos II	30
	TCC 1º Momento (15h)	Trabalho de Conclusão de Curso I	15
MÓDULO 2 (135h) Gestão: planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação 2º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 1 (120h)	Gestão Educacional	30
		Políticas Públicas e Legislação para a EPT	30
		Democracia e Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica	30
		Planejamento Educacional e Avaliação Institucional na Educação Profissional e Tecnológica	30
	TCC 2º Momento (15h)	Trabalho de Conclusão de Curso II	15
MÓDULO 3 (120h)		Gestão da Escola de Educação Profissional e Tecnológica Integral e Integrada	30

Diversidades na EPT integral e integrada 3º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 2 (90h)	Gestão para a Inclusão e Diversidades	30
		Gestão para a Permanência e o Êxito	30
	TCC 3º Momento (30h)	Trabalho de Conclusão de Curso III	30
Carga horária total do curso			360

O TCC deverá ter o formato de Relatório de Formação a ser construído ao longo do curso, resultante de um Plano de Formação, proposto pelo/a discente, ao término das unidades temáticas do Núcleo Comum (TCC I), em diálogo com o/a seu/sua professor/a formador/a e com o professor/a mediador/a, de forma que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da gestão na EPT. A execução desse componente curricular (TCC) ocorrerá ao longo de todo o percurso formativo do/a discente, em três momentos, com finalidades específicas:

- **Primeiro momento - TCC I** (15h): acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo comum com o objetivo de elaborar o Plano de Formação, a partir da definição de um tema de interesse.
- **Segundo momento - TCC II** (15h): acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico com o propósito de elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído e, se necessário, revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações realizadas.

Terceiro momento - TCC III (30h): elaboração final do Relatório de Formação (TCC). Para o TCC III, será necessário designar um professor orientador. O professor orientador será designado pelo coordenador de curso, quando o curso for ofertado de forma institucional. No caso da oferta do curso estar vinculada ao Programa UAB, haverá pagamento de bolsa ao professor orientador, conforme especificado em edital da UAB.

6.2.2. OFERTA DO CURSO POR MEIO DE PROGRAMAS E PROJETOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Quadro 3 - Organização curricular e distribuição de carga horária do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, no formato a distância.

MÓDULO	NÚCLEO	UNIDADES TEMÁTICAS	CARGA HORÁRIA (h)
MÓDULO 1 (105h) 1º Semestre	NÚCLEO COMUM (90h)	Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	30
		Trabalho-Educação: fundamentos teóricos e didáticos I	30
		Trabalho-Educação: fundamentos teóricos e didáticos II	30
	TCC 1º Momento (15h)	Trabalho de Conclusão de Curso I	15
MÓDULO 2 (135h) Gestão: planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação 2º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 1 (120h)	Gestão Educacional	30
		Políticas Públicas e Legislação para a EPT	30
		Democracia e Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica	30
		Planejamento Educacional e Avaliação Institucional na Educação Profissional e Tecnológica	30
	TCC 2º Momento (15h)	Trabalho de Conclusão de Curso II	15
MÓDULO 3 (120h) Diversidades na EPT integral e integrada 3º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 2 (90h)	Gestão da Escola de Educação Profissional e Tecnológica Integral e Integrada	30
		Gestão para a Inclusão e Diversidades	30
		Gestão para a Permanência e o Êxito	30
	TCC 3º Momento (30h)	Trabalho de Conclusão de Curso III	30
Carga horária total do curso			360

7. FORMATO EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O curso de Pós-graduação *lato sensu* sem Gestão na Educação Profissional e Tecnológica no

formato Educação a Distância, ofertado pelo Campus Cabedelo, busca atender as necessidades de um público que precisa de qualificação profissional com horários e locais de estudos flexíveis, tendo em vista que o são em sua grande maioria profissionais em atuação.

A metodologia estruturada para o curso é baseada na concepção de que o estudante participa ativamente da construção do conhecimento, apresenta autonomia de aprendizagem e que a incidência dos enfrentamentos que o docente encontra em sala de aula, e suas relações com a prática, ocorrem em paralelo ao processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, o formato a distância oferece a possibilidade de uma prática educativa distante no espaço e tempo, em razão da caraterística do formato, e uma forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos que permitem maior flexibilidade aos educandos. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão ativamente envolvidos direta ou indiretamente, e a mediação pedagógica amplia e consolida a efetivação dos atos educativos.

Na Educação a Distância mediada por Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a interação entre os atores do processo ensino e aprendizagem ocorre prioritariamente em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O processo de ensino e aprendizagem acontece por meio de interações síncronas e assíncronas entre docentes e discentes, envolvendo as atividades propostas pelos professores formadores e as estratégias de ações relacionadas com as atribuições de cada sujeito e um trabalho final de conclusão de curso para cada disciplina ofertada.

O curso de Pós-graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica é ofertado no formato a distância. Dessa forma, é importante destacar:

As avaliações e atividades por meio do AVA são realizadas a partir de exercícios pertinentes às disciplinas, de caráter formativo, constituindo-se, de acordo com a essência da disciplina, cujo objetivo é proporcionar a autoavaliação do discente de forma contínua durante o período de oferta da disciplina. Esses exercícios avaliativos têm o papel de fazer um diagnóstico do nível de conhecimento dos alunos e contribuir na composição da nota final de cada disciplina.

A interação entre docentes e discentes acontece através do Ambiente Virtual de Aprendizagem, com a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem e utilização de meios e TICs, acompanhamento e avaliação compatíveis com nível de pós-graduação, e desenvolvimento de atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Tendo em vista o cenário pandêmico vivenciado entre 2020 e 2022, todos os professores passaram pela experiência do ensino remoto. Essa necessidade, oportunizou aos professores capacitações em ambientes virtuais de aprendizagem, bem como a reinvenção das formas de ensino e de relacionamento com os alunos. Os professores do IFPB, no início da pandemia, passaram por capacitações para operar a plataforma Moodle e o Google Classroom.

As ofertas por meio de projetos de Educação a Distância estão condicionadas à apreciação e autorização do Conselho Superior do IFPB, salvo quando do Programa Universidade Aberta do Brasil, ao qual a instituição já está credenciada e há previsão neste PPC. Nestes casos, profissionais bolsistas são selecionados para atender à ampliação das vagas propostas em projetos, conforme limite de vagas prescrito na identificação do curso.

Cabe destacar ainda que a execução do curso está restrita a polos de Educação a Distância do Sistema Universidade Aberta do Brasil, quando da oferta pela UAB e polos institucionais em todo o território de abrangência do instituto e condicionados à apreciação e autorização do Conselho Superior do IFPB em consonância com a portaria MEC nº 713/2021, que estabelece diretrizes para a organização das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e com o Regulamento do IFPB que estabelece a Estrutura mínima dos Polos Institucionais de Educação a Distância.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso tem carga horária de 60h, dividida em três momentos (conforme exposto adiante), com a seguinte ementa:

- **Ementa**: Com base nas indicações do Plano de Formação elaborado no primeiro momento do curso (TCC1), espera-se que, ao final do curso (TCC3), o/a cursista apresente o seu Relatório de Formação, fruto de um processo iniciado no começo do curso a partir de uma questão problematizadora. Ao final do TCC III, o/a discente deverá concluir o seu TCC, entendido neste curso como Relatório de Formação.

Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tomam-se como premissas a mudança social como objetivo fundamental da educação e a não equivalência da formação do/a educador/a a

"fornecer-lhe um conjunto de indicações práticas, mas armá-lo de modo que ele próprio seja capaz de criar um bom método, baseando-se numa teoria sólida de pedagogia social; o objetivo é empurrá-lo no caminho desta criação" (Pistrak, 2000, p. 25).

Para estimular essa autonomia, tornam-se necessárias estratégias didáticas capazes de promover a auto-organização dos/as profissionais que irão atuar na EPT frente aos problemas da realidade, desenvolvendo a sua criatividade e as suas capacidades de trabalhar organizadamente as suas tarefas, seja na docência, na gestão ou no apoio e acompanhamento pedagógico.

Por isso, definiu-se o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o formato de **Relatório de Formação** a ser construído ao longo do curso, individualmente, resultante de um **Plano de Formação** proposto pelo/a discente, em diálogo com o/a seu/sua professor/a formador/a e professor/a mediador/a, nas Unidades Temáticas (TCC I, TCC II e TCC III), que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da EPT.

Importante destacar que, como Unidade Temática, o TCC será elaborado, nos três momentos distintos (TCC I, TCC II e TCC III), no formato das demais Unidades Temáticas, ou seja, com a mediação pedagógica do professor/a formador/a e do professor/a mediado/a. No entanto, no início do Módulo 3, etapa de finalização do curso, os cursistas terão à sua disposição o acompanhamento individualizado de um orientador de TCC, considerando os termos da legislação em vigor. Essa designação será feita adicionalmente à referente ao provimento para cada turma de um professor formador e professores/as mediadores/as para o trabalho de apoio à elaboração do Relatório de Formação (TCC) pelo cursista.

O TCC, depois de finalizado, será submetido a uma banca examinadora composta pelo orientador/a e dois avaliadores, com titulação mínima de especialista. Em caso de reprovação do trabalho de conclusão e curso, o estudante terá oportunidade de uma nova defesa em data a ser fixada pela Coordenação de Curso, com prazo máximo de 90 (noventa) dias, desde que não ultrapasse o prazo máximo de conclusão do curso.

8.1.SOBRE O PLANO DE FORMAÇÃO E O RELATÓRIO DE FORMAÇÃO

Um plano reflete uma atitude prévia de planejamento para onde se quer ir e nele se define uma direção que se quer tomar. Nesse caso, pretende-se que o/a discente deste curso, ainda durante o período de execução do núcleo comum e com o apoio de um/a professor/a formador/a e professor/a mediador/a, defina um fio condutor para a sua formação. Nesse sentido, na primeira etapa do ato de planejar, à qual foram

atribuídas **15h** de trabalho acadêmico, caberá ao/à discente identificar qual é esse elemento central para a sua formação sobre o qual deseja aprofundar ou fazer descobertas e, com o auxílio do/a seu/sua sua professor/a formador/a e de professores/as mediadores/as, traçar um programa com objetivos e estratégias.

O desenvolvimento de um Plano de Formação, além de promover a capacidade reflexiva e a auto-organização profissional do/a discente, possibilita o enfrentamento teórico-prático de questões que requerem melhor compreensão, considerando a temática de seu curso de Pós-graduação, neste caso, Gestão na Educação Profissional e Tecnológica.

Por meio do Plano de Formação, propõe-se que os/as estudantes articulem, de forma congruente, as diferentes unidades temáticas cursadas em torno de uma situação real e que exercitem a atitude de estudar as relações existentes entre os vários aspectos que condicionam o problema levantado, cultivando, assim, o exercício da interpretação dialética da realidade.

Esse Plano de Formação visa a integrar os saberes teóricos e práticos, articulados em torno de um objetivo individual-coletivo de formação. O Plano de Formação pode ser definido como um roteiro, um eixo norteador, cujo objetivo é articular os conteúdos das atividades executadas no processo de formação com intervenções na prática profissional. Ele serve como um guia, sendo flexível e adaptável, permitindo ajustes conforme as necessidades dos/as estudantes e as demandas do contexto educacional específico.

Esse Plano deve permitir aos/às discentes fazer indagações sobre a sua prática assim como a avaliação desta a partir do estabelecimento da interlocução com as teorias discutidas no processo de formação e/ou indicadas pelo/a professor/a formador/a e pelo/a professor/a mediador/a da Unidade Temática (TCC1). Assim, espera-se que os/as discentes exercitem as suas capacidades de problematização, de análise, de síntese e de proposição. Deve-se evitar, contudo, a percepção do Plano de Formação como ferramenta de instrumentalização dos conteúdos trabalhados na formação, o que limitaria o seu potencial de gerar reflexões relevantes.

Propõe-se como fio condutor deste Plano uma questão que pode ser definida a partir da seguinte indagação: *qual aspecto da realidade da gestão na EPT eu pretendo enfrentar durante a minha formação e na minha prática como profissional da Educação Profissional e Tecnológica?*

Indica-se que o critério para a seleção dos temas deva ser a sua relevância social, isto é, que sejam temas socialmente significativos e que favoreçam uma abordagem teórico-prática nessa modalidade educacional.

Recomenda-se, ainda, que a questão orientadora do Plano de Formação esteja vinculada, preferencialmente, às atividades profissionais do/a discente, de modo a permitir ações de reflexão sobre o

real vivido como gestor/a ou educador/a e, possivelmente, experimentações de possíveis soluções e/ou indicações de possibilidades de enfrentamento daquela realidade.

A questão orientadora do Plano de Formação deve apresentar algumas características assim resumidas: trata-se de uma questão (social e cientificamente relevante) que necessita ser investigada e que possa ser respondida tendo em vista a experiência do/a discente, as condições para a construção da resposta e o tempo disponível.

8.2. ORIENTAÇÕES PROCEDIMENTAIS

O tempo dedicado à construção do TCC corresponderá a todo o percurso formativo do/a discente, com três momentos especiais e com finalidades específicas:

Primeiro Momento (TCC I - 15h): após a realização das unidades temáticas do núcleo comum do curso, durante o qual se deve problematizar a EPT brasileira, em seus aspectos epistêmicos, políticos, históricos, pedagógicos e didáticos, propõe-se a elaboração do **Plano de Formação**, a partir da **definição de um tema social e cientificamente relevante e de interesse do/a discente**. Esse Plano de Formação será composto pelas seguintes seções:

a. Identificação do/a discente.
b. Breve descrição do tema a ser tratado.
c. Descrição dos diferentes aspectos que podem ser investigados, de maneira a atribuir uma estrutura que oriente as observações e a tradução do conteúdo do tema em um questionamento instigante, socialmente relevante e cientificamente produtivo.
d. Elaboração de questões problematizadoras que deverão ser respondidas e/ou pesquisadas durante o período em que os/as formandos/as irão permanecer em sua instituição de atuação ou durante o período de realização deste curso. Sugere-se a definição de uma “questão central e orientadora do percurso” e outras questões que permitam responder a diferentes aspectos dessa questão maior. Todo o Plano de Formação, inclusive suas questões orientadoras, deve ter a flexibilidade necessária ao exercício de construção e de reconstrução das hipóteses levantadas, refutadas e/ou confirmadas durante o processo. Para a definição dessa questão, deve-se considerar a sua relevância social, o interesse do/a discente, a disponibilidade do/a orientador/a e as condições materiais/temporais disponíveis.
e. Definição de objetivos.

f. Estratégias, hipóteses e possibilidades de atuação a serem confrontadas com as teorias ou com a realidade estudada.

Segundo Momento (TCC II - 15h): após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico do curso, deve-se:

a. Elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído.
b. Revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações a serem realizadas.

Terceiro Momento (TCC III - 30h): concomitante às demais unidades temáticas do 3º módulo, está prevista a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (Relatório de Formação). A estrutura desse relatório deve ter o formato de artigo e pode ser a seguinte:

a. Título.
b. Resumo.
c. Sumário.
d. Introdução.
e. Desenvolvimento (explicitação da metodologia, das teorias levantadas e dos dados coletados e análise).
f. Conclusão.
g. Plano de Ação ou Indicações práticas.
h. Referências em conformidade com as regras da ABNT vigentes.

Considerando o tempo disponível para a escrita do TCC, sugere-se um relatório contendo de 20 a 30 laudas de elementos textuais.

Em cada unidade temática, o/a discente deverá aprofundar as questões colocadas no seu Plano de Formação, a partir das discussões e das situações levantadas ou da observação de situações concretas, e exercitar a escrita. Recomenda-se que os trabalhos avaliativos da aprendizagem em cada unidade temática estejam articulados com a trajetória de produção do relatório de formação. Deve-se considerar que a solução de pequenos problemas favorece a auto-organização discente.

O registro de todo esse percurso será feito em um **Memorial**, espécie de "diário de bordo", caracterizado como uma atividade de aprendizagem a ser elaborada na articulação com as Unidades Temáticas.

O Memorial é uma atividade em que o/a cursista registrará o seu percurso formativo, reflexões, problematizações, achados, experiências vivenciadas etc. Trata-se também de uma estratégia de comunicação necessária entre professores/as mediadores/as e os/as cursistas. É um meio para o/a estudante expressar sua história durante o seu processo formativo. Nele o/a cursista deve resgatar a relação com aprendizagens anteriores, valores, cultura e, sobretudo, conduzir uma reflexão sobre os aprendizados nas Unidades Temáticas e suas experiências vivenciadas, sobretudo, nas relações com a sua prática em sala de aula.

O Memorial deve ser uma importante referência, portanto, deve estabelecer relações e interfaces com o Relatório de Formação, o TCC. Para a sua operacionalização, recomenda-se o uso de um caderno físico ou digital no qual o/a discente irá registrar as discussões, as teorias e as situações tratadas no curso que possam auxiliar no esclarecimento da questão levantada por ele/a. Deverá registrar, também, os experimentos e as atividades realizadas na sua instituição, se assim for o caso.

A ideia fundamental que deve orientar esse processo do Plano de Formação e a construção do Relatório é que o/a próprio/a discente desenvolva a sua capacidade de enfrentar, teórica e praticamente, os desafios de gestão que a realidade da EPT coloca, levantando hipóteses sobre eles, observando-os, fazendo uso dos conhecimentos já existentes sobre o assunto, experimentando soluções, comunicando e compartilhando os resultados desses enfrentamentos.

9. PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

No Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, o processo de produção de conhecimentos privilegia formas diversificadas de interação pedagógica que contribuam com o desenvolvimento pleno dos/as estudantes. As atividades pedagógicas a serem desenvolvidas pelos docentes, em consonância com o paradigma de EPT que orienta o curso, estarão baseadas na metodologia dialética, privilegiando a relação parte-todo, a relação teoria e prática, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico.

Com base na pedagogia histórico-crítica de Saviani (2008), a proposta metodológica sinaliza que o desenvolvimento pedagógico dos conteúdos previstos nas unidades temáticas se dê por meio de "tempos curriculares", conforme orienta Ramos (2017):

> [...] **tempos de problematização** (a prática social e produtiva ainda como síncrese); **tempos de instrumentalização** (o ensino de conteúdos necessários para compreender o processo problematizado); **tempos de experimentação** (o enfrentamento, pelo estudante, de questões práticas, mediante as quais ele se sente desafiado a valer-se do conhecimento apreendido e, então, a consolidá-los e/ou a identificar insuficiência e limites dos conhecimentos apreendidos); **tempos de orientação** (o acompanhamento, pelos professores, dos enfrentamentos dos estudantes, visando organizar aprendizados e/ou colocar novas questões); **tempos de sistematização** (síntese/revisão de questões, de conteúdos e de relações); e, **tempos de consolidação** (avaliações com finalidades formativas) (Ramos, 2017, p. 43, grifos nossos).

Dessa forma, o/a estudante, profissional da EPT envolvido na gestão, terá participação ativa na construção do conhecimento, privilegiando a relação e a reflexão sobre a sua prática, a partir dos conhecimentos científicos abordados. Esse movimento, para a relação e a problematização da prática e da teoria, deve considerar, ainda, o esforço interdisciplinar em relação ao currículo proposto.

> Nesse percurso formativo, coerente com a concreticidade da vida social dos sujeitos, as contradições são tidas como relevantes e trabalhadas mediante uma análise crítica do conhecimento e da sociedade (Ramos, 2017, p. 37).

Assim, o/a docente, partindo da **problematização** da realidade concreta, auxilia o/a estudante a levantar questões sobre os problemas enfrentados na prática cotidiana da gestão na EPT para, na sequência, com base na **instrumentalização**, discuti-los à luz dos conceitos teóricos, elucidando-os e analisando-os criticamente. Importante que a discussão e as atividades propostas ao longo da unidade temática levem à **experimentação**, preferencialmente articulada ao Plano de Formação do discente. A experimentação contribuirá para o estudante realizar o enfrentamento da problematização levantada, introduzindo questões práticas, com base nos conhecimentos apreendidos.

Esse movimento contribuirá para que os conhecimentos abordados tomem significado e se materializem na prática de gestão de forma ressignificada, transformando a realidade. Ao longo desse processo, é de fundamental importância o acompanhamento e orientação do/a docente, no que se refere aos objetivos da unidade temática, bem como do/a orientador/a, articulando a reflexão crítica com a problematização e propósitos do Plano de Formação do/a estudante.

É desejável que o/a docente estabeleça as devidas relações entre os conhecimentos abordados na unidade temática sob sua responsabilidade com os demais conceitos discutidos em outras unidades temáticas, especialmente de um mesmo módulo, buscando garantir a relação parte-todo e teoria e prática, com uma abordagem interdisciplinar. A orientação do/a docente e do/a orientador/a contribuirá para a organização das novas aprendizagens e para o necessário enfrentamento das questões postas pelos/as

estudantes, criando formas e processos inovadores de gestão na e da EPT. Essa proposta metodológica possibilitará que o/a estudante realize a **sistematização** do conhecimento teórico-prático, promovendo a síntese dos conceitos e suas relações.

A **consolidação** do processo se dará por meio das avaliações com caráter processual, formativo e emancipatório. Tal concepção avaliativa exigirá, portanto, do/a docente e orientador/a, o acompanhamento do/a estudante ao longo do processo, redefinindo a orientação, as leituras e as ações, tanto dos/as docentes quanto dos/as discentes.

Dessa forma, a avaliação deixa de se dar a partir da medição do desempenho final do/a estudante na unidade temática, por meio de instrumentos avaliativos estanques, deslocados do processo de ensino e de aprendizagem, mas passa a ser o fio condutor de todo o processo.

Faz-se necessário destacar que essa proposta de procedimentos pedagógicos estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como eixo central do processo de ensino e de aprendizagem. No contexto da unidade temática, a pesquisa como princípio pedagógico contribui para a problematização da prática social e estabelece a possibilidade de criação de propostas inovadoras, participativas e democráticas no âmbito da gestão na e da EPT.

A extensão, entendida como diálogo constante entre teoria e prática, materializa-se por meio do Plano de Formação do/a discente, com a proposição de novos formatos de planejamento, ações e processos construídos coletivamente com os demais atores vinculados ao seu contexto de trabalho, voltados às necessidades e às demandas evidenciadas pela comunidade escolar e pela sociedade em geral.

Nessa perspectiva, a extensão no Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica deve interligar o currículo e suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da escola de EPT, numa perspectiva de relação entre teoria e prática, bem como de socialização do conhecimento. Socializar o conhecimento construído, além de fortalecer a parceria mútua no campo do conhecimento, também instiga os/as estudantes a participarem com responsabilidade e compromisso em projetos que busquem melhoria dos processos de gestão. Caracteriza-se, portanto, como observação de demandas concretas dos espaços de EPT, proposta de ação e de socialização dos resultados.

Tais procedimentos pedagógicos fundamentam-se na perspectiva de que a construção do conhecimento se dá por meio da mediação e da comunicação, nas relações dialógicas e colaborativas e na compreensão de que as relações sociais e a vida humana são mediadas por ferramentas, instrumentos e técnicas construídos coletiva e socialmente.

Como este curso foi concebido para ser oferecido no formato a distância, a atuação de professores/as, alunos/as e equipe de acompanhamento se reveste de características específicas, sobretudo

quanto aos cuidados com as interações por meio das mensagens emitidas e recebidas, ao estímulo às problematizações e à participação ativa, à observância da ética emancipatória, ao emprego de materiais pedagógicos coerentes e aos processos avaliativos comprometidos com a aprendizagem.

Fóruns, *chats* e o Memorial, entendidos como espaços dialógicos, foram concebidos para oportunizar as interações entre professores/as, formadores/as, professores/as mediadores/as, estudantes e equipe de acompanhamento, de forma a garantir a participação de todos/as, a exposição e o esclarecimento de dúvidas, a complementação de aspectos de conteúdo, o incentivo às discussões, as orientações necessárias para o bom andamento do curso e os registros de experiências. Especialmente, o Memorial deve iniciar a partir da primeira unidade temática do núcleo comum e **ser transversal a todo o curso**, para que, dessa forma, possa se constituir em um espaço de diálogo para a construção do Plano de Formação e do Relatório de Formação.

As unidades temáticas serão desenvolvidas majoritariamente de forma assíncrona, com duas aulas síncronas mediadas, sendo uma no início de unidade temática, visando a introdução do tema e das questões que ela traz e a segunda desenvolvida após 50 a 70% do curso, , estimulando a problematização e as convergências de interesses do/a docente e dos/as discentes acerca daquele tema.

9.1. ORIENTAÇÕES PRÁTICAS AOS DOCENTES

A cada unidade temática, o/a docente apresenta e, no seu final, propõe uma síntese como fechamento, buscando explorar possibilidades de questões teóricas e práticas para serem aprofundadas pelos/as discentes, considerando os seus Planos de Formação.

Sugere-se ampla utilização das indicações de bibliografia básica e complementar, a ser aprofundada pelos/as discentes em função de seus interesses. Preferencialmente, todas deverão ser disponibilizadas na biblioteca virtual.

Deve-se manter a atenção à diversidade e à heterogeneidade dos/as discentes, o que requer a seleção de materiais orientados à inclusão educacional como uma das formas de se garantir a participação de todos/as os/as discentes, independentemente de suas características físicas, étnicas e culturais.

Considerando essa heterogeneidade, em particular no que se refere aos sujeitos de diferentes culturas e saberes, coloca-se como necessária a valorização de procedimentos de ensino e de aprendizagem coletivos, que incentivem a comunicação entre colegas e que favoreçam as trocas e os diálogos de modo a tomar essas diferenças, que dão identidade aos sujeitos discentes, não só algo a ser valorizado como também uma oportunidade de crescimento compartilhado.

Considerando ainda a finalidade de promoção da autonomia e da capacidade crítica dos/as estudantes, recomenda-se a busca por estratégias problematizadoras da realidade e das teorias e ideias expostas, bem como a valorização da auto-organização discente em meio ao seu processo formativo.

O trabalho coletivo, a problematização e a auto-organização podem ser, portanto, as estratégias básicas do processo de ensino-aprendizagem, cujas características possibilitam promover as capacidades de compreensão da realidade da gestão na EPT e inspirar novas práticas gestoras, mais dialógicas e efetivas.

9.2. ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES E ORIENTAÇÃO

No início do Módulo 3, o/a coordenador/a do curso fará a designação de um/a orientador/a para cada discente, na proporção de cinco a dez cursistas para cada docente orientador/a, ficando a critério de cada instituição essa definição.

O/a orientador/a terá a tarefa de acompanhar o/a discente desde o início do Módulo 3, incentivando-o/a à consolidação do seu Plano de Formação e ao desenvolvimento de suas atividades, com vistas à elaboração do Relatório de Formação. Para isso, deverá indicar leituras, propor procedimentos de levantamento de materiais teóricos ou de dados empíricos, orientar quanto aos procedimentos de análise dos elementos levantados e revisar o texto do relatório de formação.

Importante registrar que as Unidades Temáticas que subsidiarão a elaboração do Plano de Formação (TCC1) e o Relatório de Formação (TCC2 e TCC3) serão acompanhadas pelo/a professor/a formador/a e pelos/as professores/as mediadores/as, seguindo a dinâmica das demais Unidades Temáticas.

No entanto, no início do Módulo 3, de acordo com os termos apresentados anteriormente, além da Unidade Temática do TCC 3, que terá um/a professor/a formador/a e os/as professores/as mediadores/as, o/a Coordenação do Curso designará também os/as Orientadores/as de TCC, em conformidade com os parâmetros definidos na Instrução Normativa nº 2/2017.

9.3. ACOMPANHAMENTO DOS/AS DOCENTES E PROFESSORES/AS MEDIADORES/AS

A instituição ofertante deverá planejar a formação, a supervisão e a avaliação dos/as docentes, professores/as mediadores/as e outros/as especialistas que venham a atuar na formação, de modo a assegurar as condições materiais e subjetivas adequadas e a articulação entre os diferentes profissionais envolvidos.

As principais atribuições dos docentes incluem:

I. Desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, professores formadores e professores mediadores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação;

II. Participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso;

III. Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia na modalidade a distância;

IV. Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;

V. Acompanhar as atividades acadêmicas dos professores mediadores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua responsabilidade;

VI. Apresentar ao coordenador de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina;

VII. Conhecer integralmente o Projeto Pedagógico do Curso, bem como seu calendário acadêmico;

VIII. Planejar a execução da disciplina para a qual for selecionado(a) tendo como referência a ementa, o conteúdo básico e as orientações da equipe pedagógica e técnica da Diretoria de Educação a Distância e, quanto ao modelo de planejamento, atividades e avaliações adequadas ao ensino a distância no ambiente virtual;

IX. Planejar, produzir e entregar o plano de ensino e o plano instrucional à coordenação do curso e aos discentes, conforme solicitação;

X. Gravar vídeo aulas e elaborar outros produtos de multimídia da disciplina para a qual for selecionado(a), quando necessário, de acordo com as orientações da coordenação pedagógica do curso e do planejamento da disciplina;

XI. Postar, acompanhar e participar das atividades realizadas através das ferramentas de conectividade: chat, webconferência, fórum, listas de discussão, wikis e outros;

XII. Atuar, conjuntamente, com os professores/as mediadores/as e coordenação de no desenvolvimento das atividades pertinentes à disciplina e ao processo de mediação da aprendizagem no formato a distância.

As principais atribuições dos professores/as mediadores/as incluem:

I. Acompanhar os alunos em todos os componentes curriculares;

II. Apoiar e orientar os alunos no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);

III. Orientar os alunos quanto às estratégias de estudo na modalidade a distância;
IV. Acompanhar constantemente as atividades do professor formador;
V. Organizar, acompanhar e executar as atividades presenciais;
VI. Participar da aplicação das avaliações presenciais e on-line;
VII. Cumprir com pontualidade os horários de atendimento presencial de acordo com o fornecido pela coordenação;
VIII. Emitir relatório semanal, quando solicitado, com registro da participação dos alunos, suas principais dúvidas e respectivas orientações;
IX. Encaminhar e registrar informações sobre as dificuldades que os alunos apresentam em relação aos tópicos dos componentes curriculares e ao respectivo material didático, para que possam ser planejadas estratégias de superação;
X. Corrigir as atividades presenciais e no Ambiente Virtual de Aprendizagem;
XI. Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
XII. Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
XIII. Apoiar o professor dos componentes curriculares no desenvolvimento das atividades discentes;
XIV. Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem e dar retorno às solicitações dos cursistas no prazo máximo de 48 horas;
XV. Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presencias nos polos de educação a distância, em especial quando da aplicação de avaliações;
XVI. Participar, quando convocado, das atividades presenciais;
XVII. Corrigir as atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem dentro de um prazo de até 72 horas a contar da data de finalização da atividade.

9.4. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

O Ambiente Virtual de Aprendizagem escolhido pelo IFPB é a plataforma Moodle, estabelecida pela PORTARIA 352/2023 - REITORIA/IFPB e acessível por meio do site ava.ifpb.edu.br.

O Moodle é o ambiente onde os componentes curriculares a distância da instituição são centralizados, oferecendo materiais didáticos que incluem leituras, vídeos, slides e outros recursos multimídia. A plataforma é enriquecida com recursos interativos como fóruns, chats e questionários, além

de incorporar tecnologias para monitoramento do progresso dos alunos e relatórios detalhados de atividades.

A cooperação entre professores/as mediadores/as, discentes e docentes é fomentada por meio de ferramentas colaborativas que estimulam o trabalho em equipe e a troca de conhecimento. A reflexão sobre os conteúdos das disciplinas é incentivada por atividades que promovem o pensamento crítico e a aplicação prática do aprendizado. Além disso, a plataforma é projetada para ser acessível a todos, com suporte para personalização e tecnologias assistivas, garantindo que os alunos possam participar plenamente do processo educativo.

As unidades curriculares ofertadas são estruturadas com uma área permanente, na qual constam informações gerais sobre a unidade curricular, avisos, plano de disciplina e plano instrucional, biblioteca e fórum de dúvidas. A área de estruturação pedagógica é organizada por temas ou unidades curriculares, definindo com clareza os conteúdos abordados em cada semana. O primeiro bloco da área de estruturação pedagógica é dedicado à ambientação da unidade curricular, onde docente, professor/a mediador/a e cursistas realizam o primeiro contato entre participantes e expectativas acerca da unidade curricular.

O ambiente virtual de aprendizagem Moodle possui tutoriais para facilitar o uso de cursistas em um primeiro contato com a plataforma, assim como suporte técnico por meio do sistema SUAP do IFPB quando necessário.

O Moodle possui registros do desempenho dos alunos, que são utilizados para planejar ações pedagógicas e aprimorar continuamente o curso. Com base nos dados coletados, a equipe pedagógica pode implementar melhorias, como treinamentos para professores/as mediadores/as e renovação de conteúdos, assegurando que o curso se mantenha atualizado e alinhado às necessidades dos alunos e às demandas do mercado.

9.5. MATERIAIS DIDÁTICOS

Serão selecionados, produzidos e disponibilizados às Coordenações do Curso, aos/às professores formadores/as, professores mediadores/as , orientadores/as de TCC e estudantes materiais didáticos em conformidade com as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica e de um curso no formato EaD. Esse acervo ficará acessível aos estudantes, e sua indicação e mediação de uso será feita pelos/as professores/as formadores/as e professores mediadores/as, considerando as temáticas trabalhadas e as atividades propostas na oferta do curso.

Como parte dos materiais didáticos, serão elaborados recursos educacionais abertos (REAs) correspondentes às unidades temáticas do curso. Trata-se de materiais hipermidiáticos que trazem a síntese

do diálogo e do trabalho de múltiplas especialidades envolvidas no seu processo coletivo de produção, fruto de uma relação orgânica entre pensar e fazer orientados às finalidades últimas da política de formação para EPT.

Esses materiais, criados especialmente para essa política de formação para subsidiar a sua implementação, estão sendo concebidos e desenvolvidos por uma equipe de docentes e de pesquisadores/as especialistas em EPT em parceria com a Setec/MEC e pela Equipe Multidisciplinar do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Tecnologia Ético-Crítica (Prosa) e do Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), os quais serão indexados em uma plataforma on-line, para uso de modo assíncrono, em coerência com o presente projeto pedagógico.

O propósito desses materiais didáticos é promover um processo formativo emancipatório, que possibilite a identificação de desafios práticos a serem problematizados, a sistematização de conceitos e de ideias que instrumentalizam releituras crítico-totalizadoras da realidade profissional vivenciada e que inspire a autonomia coletiva para realização de práticas profissionais alinhadas aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação será processual e, para tanto, o/a docente utilizará instrumentos diversificados no decurso do ensino e da aprendizagem. Os instrumentos de avaliação deverão estar em consonância com as finalidades de contribuir com o Plano de Formação do/a discente e da produção do seu Relatório de Formação.

A avaliação contínua da aprendizagem deve ser realizada como mais uma forma de estimular os/as discentes a reconhecerem o que precisam fazer para alcançar os objetivos propostos no seu Plano de Formação. Para os/as professores/as formadores/as e professores/as mediadores/as, resulta como meio para confirmar se os/as alunos/as aprenderam e reajustar o processo de ensino-aprendizagem durante o curso.

Durante cada unidade temática, além do que está proposto no material didático disponibilizado, os/as professores/as formadores/as poderão propor exercícios, pesquisas bibliográficas, fichas de leitura, resenhas críticas, estudos de caso, dentre outros instrumentos que considerem necessários para a consecução dos objetivos de sua unidade temática.

A proposta de avaliação do ensino e da aprendizagem terá, portanto, caráter processual e de compromisso com a perspectiva emancipatória. Assim, os instrumentos a serem utilizados para tal

finalidade em cada unidade temática deverão considerar, além do olhar do/a docente, a reflexão do/a próprio/a estudante sobre seu processo de aprendizagem.

As avaliações propostas pelos/as docentes deverão considerar e contribuir com as reflexões do/a estudante contidas no seu Plano de Formação e no Relatório de Formação, considerando, sempre, a relação teoria e prática. Para auxiliar nesse processo, um dos instrumentos de avaliação deverá ser o Memorial, no qual os/as discentes terão registrado seu percurso de estudos.

Coerentemente com o paradigma que orienta a concepção proposta para o curso, alguns dos critérios a serem considerados para a avaliação serão: a relação teoria e prática; a coerência teórica unitária e emancipatória; os avanços na capacidade de problematizar e de se posicionar com autonomia e crítica frente aos problemas identificados; a compreensão crítica da relação da EPT com o mundo do trabalho; as proposições de caráter democrático, participativo e inclusivo; a visão indissociada de ensino, pesquisa e extensão; e as indicações para a implantação de políticas institucionais emancipatórias.

Orientados/as por tais critérios de avaliação, caberá aos/às docentes acompanhar a participação dos/as estudantes nas atividades propostas, verificando dificuldades e avanços tanto no processo de ensino quanto de aprendizagem, bem como os entraves institucionais postos no processo vivido.

Os/as estudantes deverão registrar suas vivências e observações em seu Memorial, referência importante para o seu Relatório de Formação, o TCC. Caberá ao/à professor/a fazer seus registros da avaliação nos instrumentos previstos pelo regimento da instituição ofertante.

Para a avaliação somativa referente a cada unidade temática, devem-se considerar os aspectos de assiduidade e aproveitamento, com prevalência dos aspectos qualitativos frente aos aspectos quantitativos.

A avaliação da aprendizagem de cada disciplina é composta por três avaliações disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem e um Trabalho Final de Conclusão do Componente Curricular.

- Nas avaliações propostas no ambiente virtual de aprendizagem são disponibilizados exercícios pertinentes às disciplinas, de caráter formativo, constituindo-se, de acordo com a natureza da disciplina, cujo objetivo é proporcionar a autoavaliação do discente de forma contínua durante o período de oferta da disciplina. Esses exercícios avaliativos têm o papel de fazer um diagnóstico do nível de conhecimento dos alunos e contribuir na composição de 60% (sessenta por cento) da nota final da disciplina.
- O quadro de nota é composto das seguintes categorias: Atividades On-line - destinada ao agrupamento de todas as atividades desenvolvidas por meio do AVA, sem utilização das subcategorias colaborativa e individual; Trabalho Final de Conclusão do Componente

Curricular (TFCC); e Média Final - nota final da disciplina. As três atividades on-line têm pontuação de 100 pontos cada e peso 60% (sessenta por cento). O TFCC tem pontuação de 100 pontos e peso 40% (quarenta por cento). A média final é composta da média ponderada das três atividades on-line com peso 60 somada à média do TFCC com peso 40, dividido por 100.

- Além desta configuração, o curso adota a utilização da subcategoria Atividades Extra de utilização facultativa pelo docente da disciplina. A atividade extra tem pontuação de até 30 pontos somados à média das Atividades on-line.

O resultado da disciplina é calculado através de média ponderada, em que a média simples das notas das atividades disponibilizadas *on-line* no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AO) tem peso 6 (seis) e a nota do TF3C tem peso 4 (quatro), conforme expresso na equação abaixo:

$$MF = \frac{AO \times 6 + TFCC \times 4}{10}$$

Em que:

MF = Média Final

AO = Média simples das Atividades *on-line* no Ambiente Virtual de Aprendizagem

TFCC = Trabalho Final de Conclusão de Componente Curricular

Por exemplo, se a média aritmética das Atividades Online foi 70 e a nota do TFCC foi também 70, calculando de acordo com os pesos correspondentes e dividindo por 10, a média final do aluno seria 70. Noutra situação, se a média das Atividades Online foi 65 e a nota do TFCC foi 90, a média final do aluno seria 75.

$$MF = \frac{70 \times 6 + 70 \times 4}{10}$$

$$MF = 70$$

Noutra situação, se a média das Atividades Online foi 65 e a nota do TFCC foi 90, a média final do aluno seria 75.

$$MF = \frac{65 \times 6 + 90 \times 4}{10}$$

$$MF = 75$$

É aprovado em uma disciplina o discente que obtém média igual ou superior a 70 e frequência de 75% em atividades presenciais ou síncrona mediadas, quando houver. Caso o discente obtenha o conceito Reprovado em qualquer disciplina, exceto em Trabalho de Conclusão de Curso, e havendo a possibilidade de reoferta da(s) disciplina(s) e disponibilidade de vaga(s), dentro do prazo previsto para finalização do curso conforme PPC, o discente poderá solicitar formalmente à Coordenação do Curso a matrícula na(s) disciplinas. Caberá ao Colegiado deliberar sobre o deferimento dos pedidos de matrícula.

É desligado do curso o discente reprovado mais de uma vez na mesma disciplina ou em mais de 25% das disciplinas; que não complete os requisitos do curso no prazo estabelecido; ou que apresente atitude gravíssima nos termos do disposto no código disciplinar discente do IFPB. Não há previsão de avaliação final para cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*.

10.1. CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO

O IFPB, através do *Campus* Cabedelo Centro, expede e procede com o registro do certificado a que faz jus os discentes que tiverem cumprido os requisitos obrigatórios para conclusão do curso, quais sejam:

I. Não apresentar pendência com a Coordenação de Pós-graduação do *Campus* Cabedelo Centro, ou com qualquer outra instância do IFPB;
II. Lograr aprovação em todas as disciplinas;
III. Frequência mínima de 75% em atividades obrigatórias;
IV. Ter o Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, conforme a exigência da coordenação de curso;
V. Entregar a versão final do TCC em tempo hábil.

Para a expedição do certificado de conclusão do curso de Pós-graduação *Lato Sensu*, a

documentação deve ser encaminhada à Coordenação de Pós-graduação do curso, de acordo com o trâmite estabelecido no fluxo para emissão de certificados de cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* do IFPB.

10.2. APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS

O aluno que desejar aproveitar alguma disciplina já cursada em outro curso de mesmo nível de ensino ou superior (*Lato Sensu* ou *Stricto Sensu*) deve apresentar, através de requerimento protocolado, o plano da disciplina (devidamente autenticado por assinatura manual ou eletrônica) contendo a carga horária e o conteúdo programático da mesma, o histórico ou outro documento que comprove a aprovação nas disciplinas requeridas, juntamente com um texto justificando a solicitação de aproveitamento. De acordo com a Resolução 145-CS, de 17 de novembro de 2017, o discente poderá aproveitar a disciplina(s), desde que os conteúdos desenvolvidos e a carga horária sejam equivalentes a pelo menos 75% da disciplina pretendida e que tenha(m) sido cursada(s) até no prazo máximo de 05 (cinco) anos a partir do período de solicitação de aproveitamento, limitando-se ao aproveitamento de 30% da carga horária total do curso por disciplinas cursadas noutro curso/instituição. Esse requerimento deve ser analisado pelo docente da disciplina ou pela coordenação do curso de acordo com a Resolução 145-CS, de 17 de novembro de 2017.

11. INFRAESTRUTURA

A Educação a Distância, embora prescinda da relação face a face, exige relação dialógica efetiva e eficaz entre estudantes, professores formadores/as, professores mediadores/as e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica. Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- A implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- A produção e organização de material didático apropriado ao formato;
- Processos de orientação e avaliação próprios;
- Monitoramento do aprendizado do estudante;
- Criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo.

Para o curso de Pós-graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, no formato

a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa devem prever o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a comunicação entre os vários polos de Educação a Distância com o campus ofertante e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica, com a garantia de:

- Manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- Coordenação que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- Manutenção dos núcleos tecnológicos no IFPB – *Campus* Cabedelo Centro, Reitoria e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso;
- Organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e o IFPB – *Campus* Cabedelo Centro.

O *Campus* Cabedelo Centro conta com uma excelente infraestrutura física e tecnológica para o oferecimento do Curso de Pós-graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica. Essa infraestrutura é composta por:

- Acesso à internet com alta velocidade;
- Laboratórios de informática;
- Biblioteca com acervo específico e atualizado e mesas de estudo;
- Salas de aula equipadas com projetores multimídia e ar-condicionado;
- Sala de professores;
- Sala de apoio administrativo (Controle Acadêmico e Coordenação de Curso);
- Sala para estudos;
- Sala de coordenação.

As instalações físicas e o suporte tecnológico, disponíveis no campus, atendem aos quesitos de conforto, acessibilidade, segurança e modernização. A estrutura organizacional tem caráter integrado e funcional, assegurando aos estudantes e docentes o acesso e suporte necessário para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, sejam no formato presencial ou a distância. As salas de aulas permitem configurações espaciais flexíveis de modo a atender a diversas práticas metodológicas.

Com a disponibilização dessa infraestrutura, objetiva–se assegurar a qualidade da oferta do curso, garantindo conteúdos atualizados, amplos e compatíveis com as disciplinas ofertadas.

Para a oferta do curso por meio de fomento, os Polos nos quais a pós-graduação é ofertada

devem estar dotados de recursos materiais e humanos aptos à realização de Cursos no formato a distância e para o alcance dos objetivos de suas propostas Pedagógico-Curricular.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como as tecnologias e plugins embarcados naquele, o sistema acadêmico, módulo EDU do SUAP e a TVIFPB que dispõe do aparato para gravação de videoaulas são disponibilizadas pela Reitoria, sede do IFPB.

No caso de fomento pela UAB, com financiamento da CAPES, estudantes têm, ao seu dispor, nos polos de Educação a Distância, infraestrutura técnica e pedagógica, na qual eles podem contar com laboratório de informática conectado à internet, bibliotecas, salas de estudos, salas para apoio administrativo entre outros previsto no Decreto que institui o Sistema UAB e no guia de orientações básicas sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Nos polos institucionais de Educação a Distância a infraestrutura mínima está estabelecida na RESOLUÇÃO-CS N° 50, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019 que dispõe sobre o Regulamento da Estrutura mínima dos Polos Institucionais de Educação a Distância no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

12. CORPO DOCENTE

O Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica é oriundo de um edital de adesão do Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB/IFPB/CAPES. A não inclusão dos nomes dos professores no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deve-se à necessidade de respeitar as normativas vigentes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB, que estabelece que o ingresso para atuar no programa UAB deve ocorrer por meio de edital de seleção pública. (Portaria CAPES 309-2024 / PDI IFPB 2026-2030 5.2).

Respeitando o fluxo operacional do IFPB, que estabelece que para realizar os processos de seleção de um curso, seja de coordenador, professor, ou professor mediador de alunos, é necessário que o PPC esteja aprovado pelo CEP, o PPC em tela, apresenta a estrutura mínima estabelecida, contudo, sem vinculação dos nomes dos professores.

Para a seleção de novos professores no quadro docente, são considerados critérios rigorosos de avaliação, baseados em domínio de conhecimentos pedagógicos e desempenho didático, com titulação

mínima de especialista e composto por no mínimo 70% dos profissionais com título de mestre ou doutor, com experiência no ensino superior e/ou atuação prática em áreas correlatas à Gestão na Educação Profissional e Tecnológica.

Em virtude de se tratar de curso integrante do Programa UAB e com o benefício de pagamento de bolsas, será realizado processo seletivo para toda a equipe profissional, não sendo possível antecipadamente definir no PPC os professores das disciplinas que compõem a matriz curricular.

13. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

A equipe multidisciplinar é responsável por criar, revisar e disponibilizar os materiais didáticos das disciplinas no formato a Distância, refletindo o compromisso do campus com uma educação de qualidade e acessível. Composta principalmente por profissionais locais, essa equipe trabalha de forma integrada para garantir que o conteúdo esteja alinhado com as diretrizes institucionais e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Os professores das disciplinas colaboram com a elaboração do material didático com base no conteúdo programático, sempre em sintonia com as normas educacionais e as particularidades regionais. A Diretoria de Educação a Distância (DED) coordena o processo de aquisição dos recursos necessários, conforme a Resolução nº 51 – CONSUPER, de 1º de outubro de 2019. Para garantir o cumprimento dos prazos, os pedidos devem ser feitos com 3 (três) meses de antecedência ao início das disciplinas.

Uma vez concluída a elaboração, o material passa por revisão realizada por profissionais da área de letras e pela equipe pedagógica, em colaboração com os docentes responsáveis. Essa revisão garante que o material seja claro, correto e adequado para o uso na EaD, respeitando as diretrizes institucionais e as necessidades dos estudantes.

Além dos técnicos lotados no *Campus* Cabedelo Centro, por se tratar de um curso no formato a distância, existe adicionalmente o apoio da Coordenação EAD da Reitoria, responsável pela EAD existente no IFPB, desde técnicos responsáveis pela infraestrutura do Moodle institucional e treinamentos em ferramentas utilizadas no formato a distância, e equipe administrativa dos polos UAB, que apoiam os estudantes nas cidades em que estão matriculados.

O corpo técnico-administrativo é composto por profissionais com formação qualificada para o desenvolvimento dos trabalhos necessários à formação dos profissionais.

Quadro 04: Corpo técnico-administrativo para atuação no curso.

Técnico-administrativo	Função	Formação	Setor de Atuação
André Carlos Pereira Campos	Assistente de administração	Especialista em navegação, pesca e transporte marítimo	Núcle de Lucena – PB
Andre Henrique Lopes de Miranda	Assistente de Alunos	Graduado em Geoprocessamento	COPAE
Cinthya Raquel Pimentel da Mota	Pedagoga	Doutora em Educação	COPAE
Cristiane de Oliveira Quirino	Intérprete de libras	Graduada em Pedagogia	CLAI
Fernando Luiz Amorim Albuquerque de Oliveira	Técnico em secretariado	Graduado em História	CCA
Andrea César Andreia Cezar Lima	Assistente social	Graduada em Serviço Social	COPAE
João Paulo Santos de Oliveira	Assistente em administração	Graduado em Sistemas de informação	Setor administrativo
Erberson Evangelista Vieira	Técnico em Tecnologia da Informação	Graduado em Computação e em Sistemas para a Internet Mestre em Tecnologia da Informação	TI
Jordania	Bibliotecária		
Onaldo Montenegro Júnior	Psicólogo	Graduado em Psicologia	COPAE
Paulo Sergio da Silva Cruz	Técnico em Assuntos Educacionais	Graduado em História Especialista em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares	CCA
Lizandra Ramos de Lima	Bibliotecária/Documentalista	Graduada em Biblioteconomia	Biblioteca

14. GESTÃO DO CURSO

A coordenação do Curso de Pós-graduação em Gestão em Educação Profissional e Tecnológica, no formato a distância, é exercida por um docente do quadro efetivo do IFPB, selecionado por meio de edital de seleção pública.

O coordenador deve ser um professor do quadro permanente, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva (DE), com experiência no magistério superior e, idealmente, com titulação em nível de pós-graduação (Mestrado ou Doutorado) na área do curso (IFPB, Regimento Geral, Art. 166, 2018).

As principais atribuições do coordenador incluem:

I. Gestão Acadêmica e Pedagógica: Planejar, executar e avaliar as atividades acadêmicas e pedagógicas do curso, promovendo a integração entre docentes e discentes e garantindo o desenvolvimento adequado das disciplinas e dos programas, como atividades complementares e estágios supervisionados (IFPB, Resolução Nº 18 – CONSUPER, 2023; Normas de Estágio, 2019).

II. Supervisão do Corpo Docente e Discentes: Acompanhar as atividades dos professores, orientadores, professores mediadores/as e coordenadores de polos, promovendo reuniões de planejamento e supervisão. Além disso, o coordenador deve atuar diretamente junto aos alunos, avaliando suas expectativas e estreitando a relação com o corpo docente, promovendo a integração e a qualidade do ensino.

III. Representação e Planejamento: Representar institucionalmente o curso, despachando processos e documentos, além de elaborar relatórios periódicos sobre as atividades desenvolvidas e o desempenho da equipe, garantindo a conformidade com as normas institucionais (IFPB, Resolução Nº 141 – CONSUPER, 2015).

IV. Presidência de Órgãos Deliberativos: Presidir o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), coordenando o planejamento semestral e a elaboração de editais de monitoria e outras iniciativas que promovam a qualidade do curso (IFPB, Resolução Nº 143 – CONSUPER, 2015).

V. Supervisão de Material Didático e Avaliações: Acompanhar a produção e revisão de material didático, além de supervisionar o desempenho dos professores mediadores/as e organizar avaliações nos campi e polos. O coordenador também promove a avaliação contínua do curso, assegurando a eficácia das atividades pedagógicas (MEC, Portaria Nº 386 – MEC, 2016).

O coordenador, portanto, exerce papel central na organização e execução das atividades pedagógicas e administrativas, promovendo a articulação entre as áreas técnicas e acadêmicas, sempre com foco na qualidade e no desenvolvimento do curso.

15. COLEGIADO

A administração do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica é realizada pelo colegiado de curso como órgão deliberativo, no âmbito de sua competência, e da coordenação de curso como órgão executivo. O Colegiado é um órgão responsável pela supervisão das atividades didáticas, pelo acompanhamento do desempenho docente e pela deliberação de assuntos referentes aos discentes do curso; em que as atribuições do referido colegiado são definidas por meio de Regulamento institucional.

O Colegiado do Curso é composto por cinco membros titulares e cinco membros suplentes:

I. Coordenadora do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* como presidente e um docente efetivo do IFPB - Cabedelo Centro como presidente suplente;
II. Três membros representantes do corpo docente do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* e três membros suplentes do corpo docente do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu*;
III. Um membro representante do corpo discente que esteja regularmente matriculado no Curso e um membro suplente do corpo discente que esteja regularmente matriculado no Curso.

Os representantes dos docentes e seus suplentes, que devem ser servidores efetivos da instituição, são escolhidos, pelos pares, em reunião do corpo docente do curso de Pós-*graduação Lato Sensu*, convocados previamente para este fim. O mandato dos membros docentes é de dois anos, podendo haver recondução. O representante dos discentes e seu suplente são eleitos por seus pares em reunião, convocados previamente para este fim. O mandato dos membros discentes é de um ano, podendo haver recondução.

O Colegiado do curso reúne-se, ordinariamente, uma vez por semestre ou, extraordinariamente, por convocação da coordenadora de curso e/ou atendendo ao pedido de pelo menos um terço dos seus membros. As deliberações do Colegiado do Curso são tomadas por maioria de votos dos membros presentes. A ausência injustificada a duas reuniões consecutivas causa a substituição do representante faltoso.

16. AVALIAÇÃO DO CURSO

A Autoavaliação Institucional no âmbito do IFPB é conduzida, coordenada e articulada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão de natureza consultiva e com atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados presentes na instituição. A CPA tem a atribuição de condução dos processos de avaliação internos, realizados anualmente na instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep. A CPA é atualmente regulada pela Resolução n° 63/2021, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba; e pela Portaria 851/2023 - REITORIA/IFPB, de 16 de maio de 2023, que determina a sua constituição por uma Comissão Própria de Avaliação, no âmbito da Reitoria e por Subcomissões Próprias de Avaliação (SPA) em cada Campus, como órgão de apoio.

De acordo com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES no 65/2014 – "Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional", a autoavaliação institucional realizada pela CPA contempla cinco eixos, a saber:

- Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional
- Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional
- Eixo 3 – Políticas Acadêmicas
- Eixo 4 – Políticas de Gestão
- Eixo 5 – Infraestrutura Física

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Portaria nº 330, de 5 de abril de 2018. Dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema federal de ensino. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-330-de-5-de-abril-de-2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei no 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011- 2014/2014/Decreto/D8368.htm.

BRASIL. Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9991&ano=2019&ato=554EzaU9keZpWTde3.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011- 2014/2014/lei/l13005.htm.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.001, de 8 de dezembro de 2021. Altera a Portaria MEC nº 330, de 5 de abril de 2018, que dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema federal de ensino, e a Portaria MEC nº 554, de 11 de março de 2019, que dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao sistema federal de ensino. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-MEC-1001-2021-12-08.pdf

BRASIL. Resolução Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União: Brasília, 31 de maio de 2012. Seção 1, p. 48. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192.

BRASIL. Resolução Conselho Nacional de Educação/CP nº 01, de 05 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União: Brasília, 06 de janeiro de 2021. Seção: 1, p. 19. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População da Paraíba. 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb.html.

IFPB. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2026 – 2030. João Pessoa: IFPB, 20261. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/transparencia/pdi/ifpb-pdi-2026-2030

IFPB. Resolução Conselho Deliberativo n° 111, de 10 de abril de 2017. Convalida a Resolução-AR nº 29, de 25/10/2016, que dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/bibliotecas/arquivos/resolucao-no-111-de-10-de-abril-de-2017-convalida-rs-29-2016-regimento-geral-bibliotecas.pdf.

IFPB. Resolução Conselho Diretor Campus João Pessoa AR nº 07, de 23 de outubro de 2023. Aprova, Ad Referendum, o Plano de Contingência da Biblioteca Nilo Peçanha - IFPB - campus João Pessoa. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/joaopessoa/conselho-diretor/resolucoes/ano-2023/resolucao-ar-7_2023.pdf/view.

IFPB. Resolução Conselho Superior AR nº 17, de 20 de maio de 2022. Altera a Resolução nº 62-CS, de 20/03/2017, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, e dá outras providências. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2022/resolucoes-ad-referendum/resolucao-ar-no-17/view.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 08, de 23 de maio de 2018. Convalida a Resolução-AR nº 05, de 08/02/2018 que institui o Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-08.

IFPB. Resolução Conselho Superior n° 114, de 10 de abril de 2017. Convalida a Resolução-AR nº 03, de 06/01/2017 que dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Política Geral de Aquisição, Expansão e Atualização dos Acervos das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/bibliotecas/arquivos/resolucao-no-114-de-10-de-abril-de-2017-convalida-rs-03-2017-acervo-das-bibliotecas.pdf.

IFPB. Resolução Conselho Superior n° 13, de 23 de janeiro de 2023, que Convalida a Resolução-AR n° 27, de 08/07/2022, que dispõe sobre o Regulamento dos procedimentos para o Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAPA) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2023/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-13/view.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 13, de 23 de maio de 2018. Dispõe sobre Regulamento referente à utilização do uso do Nome Social de Travestis e Transexuais no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/prae/acoes-inclusivas/legislacao-e-documentos-pertinentes/nome-social-resolucao-no-13-2018-ifpb.pdf/view.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 132, de 02 de outubro de 2015. Dispõe sobre a aprovação da Política Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/documentos-normativos/arquivos/resolucao-ifpc-cs-132-2015.pdf.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 138, de 02 de outubro de 2015. Dispõe sobre a aprovação da Política de Educação das Relações Étnico-raciais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:

https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-138.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 139, de 02 de outubro de 2015. Dispõe sobre o regulamento dos núcleos de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-139/view.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 144, de 11 de agosto de 2017. Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nos termos da legislação em vigor. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/prpipg/inovacao/Normas%20e%20Resolucao/resolucao-144-2017-consuper-regimento-geral-do-ifpb.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 146, de 02 de outubro de 2015. Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos nos cursos de educação superior e educação profissional técnica de nível médio oferecidos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuegislaçãocoes/2egislaçãucao-no-146.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 22, de 30 de junho de 2022. Convalida a Resolução AR 79/2021 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB que dispõe sobre o Regulamento do processo de reconhecimento de competências e saberes adquiridos, o processo de extraordinário aproveitamento nos estudos, o processo de aproveitamento de componente curricular, os procedimentos para equivalência de componentes curriculares dos cursos de graduação ofertados pelo IFPB e dá outras providências. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2022/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-22/view.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 24, de 30 de abril de 2019. Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2019/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-24.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 240, de 17 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Acessibilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-240/view.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 38, de 19 de dezembro de 2018. Convalida a Resolução-AR nº 54, de 13/12/2018, que dispõe sobre o Regulamento referente às atribuições e competências do profissional Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/prae/acoes-inclusivas/legislacao-e-documentos-pertinentes/resolucao-no-38.pdf.

IFPB. Resolução Conselho Superior n° 43, de 20 de fevereiro de 2017. Convalida a Resolução-AR nº 15, de 03/10/2016, que dispõe sobre Regulamento do Programa de Acompanhamento de Egresso-PAE do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:

https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2017/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-43.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 54, de 19 de dezembro de 2018. Dispõe sobre Regimento do Comitê Gestor do Sistema de Automação de Bibliotecas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-54.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 60, de 12 de julho de 2019. Convalida a Resolução-AR nº 23, de 12/06/2019, que dispõe sobre alteração da Resolução-CS nº 142, de 02/10/2015 que dispõe sobre as normas, critérios e procedimentos para a mobilidade acadêmica nacional e internacional de estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2019/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-60.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 63, 16 de julho de 2021. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2021/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-63/view.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 64, de 16 de julho de 2021. Dispõe sobre o Plano de Qualificação dos Servidores (PQS) do IFPB (2020-2024). Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/servidor/pndp/normativos/resolucao-no-64-2021.pdf/view.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 65, 01 de maio de 2010. Dispõe sobre a aprovação do documento que dispõe sobre as diretrizes para a gestão das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito do IFPB. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2010/resolucao-no-65.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 79, de 22 de setembro de 2021. Dispõe sobre o regulamento do processo de reconhecimento de competências e saberes adquiridos, o processo de extraordinário aproveitamento nos estudos, o processo de aproveitamento de componente curricular, os procedimentos para equivalência de componentes curriculares dos cursos de graduação ofertados pelo IFPB e dá outras providências. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/educacao-superior/legislacao-e-normas/Arquivos/res-ar-no-79-2021-reg-competencias-1.pdf.

IFPB. Resolução Conselho Superior n° 82, de 18 de outubro de 2021. Dispõe sobre a alteração da Regulamentação da Política de Capacitação e Qualificação dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/servidor/pndp/normativos/resolucao-no-82-2021.pdf.

MORAN, J. M. Mudando a educação com metodologias ativas. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens, v.2, 2015. PARAÍBA. Boletim Informativo 2022: Produto Interno Bruto do Estado da Paraíba - Resultados 2020. Contas Regionais do Brasil - SEPLAG-PB/IBGE. SEPLAG-PB - Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão da Paraíba. Gerência Executiva de Desenvolvimento Municipal e Regional (GEDMR).

PARAÍBA. Mesorregiões do Estado da Paraíba. Governo do Estado da Paraíba, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente - SECTMA/PB, 2016. Disponível em: http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2016/11/PE_07.pdf.

PRIGOGINE, I. O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: UNESP, 1996.

INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

ANEXO I - DETALHAMENTO DA CARGA HORÁRIA (C.H) DE DISCIPLINAS OFERTADAS NO FORMATO A DISTÂNCIA

Disciplinas	DISTRIBUIÇÃO PORMENORIZADA DA CARGA HORÁRIA							
	Avaliação Presencial	Encontro Presencial	C.H Presencial	∑ C.H Presencial	Avaliações no AVA	CH/S no AVA	∑C.H AVA	∑C.H Total
Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	-	-	-	-	3	1,76	30	30
Trabalho-Educação: fundamentos teóricos e didáticos I	-	-	-	-	3	1,76	30	30
Trabalho-Educação: fundamentos teóricos e didáticos II	-	-	-	-	3	1,76	30	30
Trabalho de Conclusão de Curso I	1	-	2	2	-	0,76	13	15
Gestão Educacional	-	-	-	-	3	1,76	30	30
Políticas Públicas e Legislação para a EPT	-	-	-	-	3	1,76	30	30
Democracia e Gestão democrática na Educação Profissional e Tecnológica	-	-	-	-	3	1,76	30	30
Planejamento Educacional e Avaliação Institucional na Educação Profissional e Tecnológica	-	-	-	-	3	1,76	30	30

Trabalho de Conclusão de Curso II	1	-	2	2	-	0,76	13	15
Gestão da Escola de Educação Profissional e Tecnológica Integral e Integrada	-	-	-	-	3	1,76	30	30
Gestão para Inclusão e Diversidades	-	-	-	-	3	1,76	30	30
Gestão para Permanência e o Êxito	-	-	-	-	3	1,76	30	30
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	1	-	2	2	-	1,64	28	30
	3	-	6	6	30	21	354	360

Legenda e definições:

Avaliação Presencial: Informar a quantidade de avaliações presenciais, em conformidade com o mínimo estabelecido no Art 2º da RESOLUÇÃO-CS N° 72, de 13 de dezembro de 2019.

Encontro Presencial: Quantidade de encontros presenciais.

C.H presencial: Carga horária unitária por encontro e/ou avaliação presencial da disciplina. O limite mínimo é de duas horas e o máximo, quatro horas. A carga horária aqui definida é o padrão estabelecido em todos os momentos presenciais da disciplina, ou do curso - se definido um padrão único para este.

∑ **C.H Presencial**: Multiplica-se a C.H presencial da disciplina pelo resultado da soma de Avaliação presencial e Encontro Presencial.

∑ C.H Presencial = C.H presencial * (Encontro Presencial + Avaliação Presencial)

Atividade no AVA: Informar a quantidade de **atividades avaliativas** no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), em conformidade com o mínimo estabelecido por disciplina em função de carga horária, vide Art. 25 da RESOLUÇÃO-CS n° 72, de 13 de dezembro de 2019.

CH/S no AVA: Quantidade média de carga horária por semana letiva no Ambiente Virtual de Aprendizagem. A quantidade de CH por semana letiva no AVA pode ser um número fracionário e nestes casos o docente, durante a execução da disciplina, poderá realizar pequenos ajustes entre as semanas, para que haja o cumprimento da CH prevista no PPC.

∑ **C.H AVA**: Multiplica-se a **CH/S no AVA** por dezoito que é a quantidade mínima de semanas letivas no formato a distância quando se considera o sábado enquanto dia letivo para execução do semestre de aulas que compreende 100 dias letivos.

∑C.H Total: ∑ C.H Presencial + ∑ C.H AVA

Observações:

1 - A **C.H AVA** também pode ser obtida pela diferença entre **a carga horária da disciplina** e a ∑C.H Presencial, contudo, é necessária que haja a informação correta e adequada da quantidade de **CH/S no AVA**.

2 - A execução das disciplinas ofertadas em curso no formato a distância ocorre prioritariamente

em 18 semanas letivas, e as demais semanas letivas, se houver, são destinadas à ambientação no início do semestre, medidas de recuperações e reposições das atividades no AVA no final do semestre letivo, e demais atividades presenciais.

ANEXO II – Ementário

1° SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA							
Curso:	Pós-graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica						
Unidade temática:	Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica			**Carga Horária**	30h		
Núcleo:	Comum			**Semestre**	1		
Docente	Jailma Freire Marinho						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	30h	**Prática**	0h	**EaD**	30h	**Extensão**	
Ementa							
Comunicação e interação mediadas por tecnologias digitais. Alfabetização e letramento digitais. Educação Profissional e Tecnológica e cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa. Implicações da cultura digital para a prática pedagógica e a gestão na Educação Profissional e Tecnológica. Inclusão digital e acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica							
Objetivos							
Geral: Promover compreensão crítica e reflexiva sobre a cultura digital e suas implicações na Educação Profissional e Tecnológica, orientando os alunos a utilizarem tecnologias digitais de forma ética e inclusiva em suas práticas pedagógicas e de gestão. **Específicos**: Analisar princípios epistemológicos, éticos e políticos da atuação crítica e criativa e de caráter emancipatório no contexto da cultura digital; Estimular a reflexão crítica sobre a ética na utilização das tecnologias digitais, promovendo discussões sobre privacidade, segurança e responsabilidade no ambiente digital; Resgatar as contribuições da cultura digital para a atuação dos profissionais da EPT como autores, produtores e disseminadores de conhecimentos e transformadores da realidade e do seu entorno; Explorar estratégias de inclusão digital e acessibilidade, visando garantir que todos os alunos tenham acesso equitativo às tecnologias e recursos educacionais, independentemente de suas condições sociais ou habilidades.							
Conteúdo Programático							
1. Fundamentos da cultura digital 2. Alfabetização e Letramento digital: comunicação e interação mediadas por tecnologias digitais 3. Desafios e perspectivas sobre ensino e aprendizagem no contexto da Cultura Digital 4. Autonomia na cultura digital através de uma educação digital crítica, responsável, ética e emancipatória na EPT							

5. Inclusão digital e acessibilidade na EPT
6. Articulações entre cultura digital e EPT

Metodologia de Ensino

As aulas terão como base os textos e vídeos disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem, os quais alimentarão a reflexão e a discussão em torno dos elementos teóricos e práticos que possam compor novos caminhos e práticas educacionais. A cada aula, uma questão norteadora – derivada do objetivo da aula – será ponto de partida para o debate proposto. A ancoragem em conhecimentos prévios e na história de vida de cada cursista será princípio educativo.

Recursos Didáticos

Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle;

Acesso à internet

Critérios de Avaliação

AO1 + AO2 + AO3 (Avaliação On-line no AVA) = 100 pontos

TFCC = 100 pontos

Bibliografia Básica

BIANCHESSI, Cleber (org.). **Cultura Digital:** novas relações pedagógicas para aprender e ensinar. Curitiba: Bagai, v. 2, 2020. *E-book.* Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585258. Acesso em: 03 mar. 2024.

MENEZES, Karina Moreira; COUTO, Raqueline de Almeida; SANTOS, Sheila Carine Souza. **Alfabetização, letramento e tecnologias**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. E-book. Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553784. Acesso em: 03 mar. 2024.

VILLELA, Ana Paula; PRADO, Jesus Vanderli do; BORGES, Rosimeire Aparecida Soares. Tecnologias digitais nos processos de ensino aprendizagem e inclusão de alunos com deficiência. *In*: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias| Congresso de Ensino Superior a Distância | Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância. **Anais do CIET:CIESUD:2022**, São Carlos, set. 2022. Disponível em: https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/download/2108/1923/. Acesso em: 03 mar. 2024.

Bibliografia Complementar

BOERES, Sonia. O letramento e a organização da informação digital aliados ao aprendizado ao longo da vida. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 483-500, mai./ago. 2018. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651507/pdf. Acesso em: 03 mar. 2024.

BOMFIM, Lucilene da Silva Santos; THEODORO, Yasmine Braga. Letramento crítico a partir de práticas interdisciplinares no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Natal, v. 7, n. 24, 2021. Disponível em: https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3642. Acesso em: 03 mar. 2024.

KLEIMAN, Angela Bustos; MARQUES, Ivoneide B. de A. S. Letramentos e tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 15, e7514, 2018. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7514. Acesso em: 03 mar. 2024.

ROSA, Cristiane de Oliveira; MILL, Daniel; MEDEIROS, Fernandina Fernandes de Lima. Letramento, educação e cultura digital: uma breve revisão bibliográfica. *In*: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias | Congresso de Ensino Superior a Distância | Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância. **Anais do CIET:CIESUD:2022**, São Carlos, set. 2022. Disponível em: https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2000/1637. Acesso em: 03 mar. 2024.

OLIVEIRA, Achilles Alves de; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira. Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital. **Rev. Educ. Questão**, Natal, v. 60, n. 64, e-28275, abr. 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352022000200203&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 mar. 2024.

PLANO DE DISCIPLINA							
Curso:	Pós-graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica						
Unidade temática:	Trabalho-Educação: fundamentos teóricos e didáticos I			**Carga Horária**	30h		
Núcleo:	Comum			**Semestre**	1		
Docente	Rayff Anderson de Andrade Tito						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	30h	**Prática**	0h	**EaD**	30h	**Extensão**	
Ementa							
As vicissitudes dos legados históricos de regulação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira: conquistas, reveses e resistências. Trabalho, Educação Profissional e Tecnológica, diversidades, lutas, reivindicações e direitos: gênero, geração, necessidades específicas, etnias, comunidades tradicionais e migrantes. Diferenças de perspectivas na Educação Profissional e Tecnológica: pedagogia histórico-crítica *versus* pragmatismo, teoria do capital humano e lógica das competências.							
Objetivos							

Geral: Introduzir discussões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Específicos: Analisar as vicissitudes da Educação Profissional e Tecnológica; Discutir diversidade, lutas, reivindicações e direitos sob a perspectiva do trabalho e Educação Profissional e Tecnológica; analisar a pedagogia histórico-crítica de forma contextualizada.

Conteúdo Programático

1. História de regulação da Educação Profissional e Tecnológica;
2. História das competências na pedagogia;
3. A essência da educação e suas características estruturais;
4. Teoria crítica da educação e as diferentes perspectivas na Educação Profissional e Tecnológica.

Metodologia de Ensino

As aulas terão como base os textos e vídeos disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem, os quais alimentarão a reflexão e a discussão em torno dos elementos teóricos e práticos que possam compor novos caminhos e práticas educacionais. A cada aula, uma questão norteadora – derivada do objetivo da aula – será ponto de partida para o debate proposto. A ancoragem em conhecimentos prévios e na história de vida de cada cursista será princípio educativo.

Recursos Didáticos

Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle;

Acesso à internet

Critérios de Avaliação

AO1 + AO2 + AO3 (Avaliação On-line no AVA) = 100 pontos

TFCC = 100 pontos

Bibliografia Básica

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 71–87, 2001. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trab. educ. saúde** [Internet], v. 1, n. 1, p. 93–114, mar. 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100008. Acesso em: 21 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Da inspiração à formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 62, p. 711–724, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0001. Acesso em: 21 jan. 2024.

Bibliografia Complementar
ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. A reforma do ensino médio do Governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres. **Revista Holos**, [*s.l.*], v. 8, p. 219-232, 2018. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7065. Acesso em: 21 jan. 2024. ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 36, n. 2, p. 51-63, 2010. Disponível em: https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218. Acesso em: 21 jan. 2024. AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem. **Boletim Técnico do Senac**, v. 38, n. 2, p. 27-40, 2012. Disponível em: https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164. Acesso em: 21 jan. 2024. CAETANO, Maria Raquel; LOPONTE, Luciana Neves. **Histórias e Memórias em Educação Profissional e Tecnológica.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/historias-e-memorias-em-educacao-profissional-e-tecnologica/. Acesso em: 21 jan. 2024.

PLANO DE DISCIPLINA							
Curso:	Pós-graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica						
Unidade temática:	Trabalho-Educação: fundamentos teóricos e didáticos II			**Carga Horária**	30h		
Núcleo:	Comum			**Semestre**	1		
Docente	Rayff Anderson de Andrade Tito						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	30h	**Prática**	0h	**EaD**	30h	**Extensão**	
Ementa							
O princípio pedagógico do trabalho, potencialidades e possibilidades de efetivação da escola unitária, da omnilateralidade e da politecnia. Ensino integrado: definições, obstáculos, tensões e avanços teóricos e práticos. Práxis transformadora: perspectivas e oportunidades emancipatórias frente ao panorama atual do mundo do trabalho, implicações, protagonismos e contribuições da prática docente, da gestão e da EaD.							

Objetivos

Geral: Propiciar, em continuidade à introdução da Unidade Temática Trabalho e Educação I, discussões e reflexões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica

Específicos: Discutir as possibilidades e efetivação da escola unitária, omnilateral e da politecnia; analisar definições, obstáculos, tensões e avanços teóricos e práticos do ensino integrado; analisar e discutir perspectivas e oportunidades emancipatórias frente ao panorama atual do mundo do trabalho, implicações, protagonismos e contribuições da prática docente, da gestão e da EaD.

Conteúdo Programático

1. A luta pela politecnia, omnilateralindade e ensino integrado;
2. Trabalho e democracia;
3. Trabalho e educação.

Metodologia de Ensino

As aulas terão como base os textos e vídeos disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem, os quais alimentarão a reflexão e a discussão em torno dos elementos teóricos e práticos que possam compor novos caminhos e práticas educacionais. A cada aula, uma questão norteadora – derivada do objetivo da aula – será ponto de partida para o debate proposto. A ancoragem em conhecimentos prévios e na história de vida de cada cursista será princípio educativo.

Recursos Didáticos

Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle;

Acesso à internet

Critérios de Avaliação

AO1 + AO2 + AO3 (Avaliação On-line no AVA) = 100 pontos

TFCC = 100 pontos

Bibliografia Básica

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan-abr. 2014 Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303. Acesso em: 21 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v.1, n.26, 2023. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt. Acesso em: 03 jan. 2024.

Bibliografia Complementar
ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; SÁ, Giedre Teresinha Ragnini de. Políticas educacionais e pesquisa acadêmica: uma reflexão sobre a escola unitária em Antonio Gramsci enquanto um objeto de investigação. **Série-Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, n.40, p. 223–237, jul./dez. 2015. Disponível em: https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/876. Acesso em: 20 jan. 2024. CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122. Acesso em: 20 jan. 2024. OLIVEIRA, Ramon de. Ensino médio integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [*s. l.*], v. 1, n. 23, p. e14688, 2023. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688. Acesso em: 20 jan. 2024. RAMOS, Marise Nogueira. Práxis e pragmatismo: referências contrapostas dos saberes profissionais. *In:* SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lúcia Bueno (Orgs.). **Currículo, formação e saberes profissionais:** a (re)valorização epistemológica da experiência. Salvador: EDUFBA, p. 221, 2010. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39226. Acesso em: 20 jan. 2024. SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 15, n. 45, p. 422-590, set./dez 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yXjXQvzWfhSp5VNhX6KqKLh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 jan. 2024.

PLANO DE DISCIPLINA							
Curso:	Pós-graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica						
Unidade temática:	Trabalho de Conclusão de Curso I			**Carga Horária**	15h		
Núcleo:	Comum			**Semestre**	1		
Docente	Jailma Freire Marinho						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	15h	**Prática**	0 h	**EaD**	15h	**Extensão**	
Ementa							

Elaboração de Plano de Formação com base na problematização a EPT brasileira, em seus aspectos epistêmicos, políticos, históricos, pedagógicos e didáticos e definição de um tema social e cientificamente relevante e de interesse do/a discente.

Objetivos

Geral: Elaborar o Plano de Formação, a partir da definição de um tema social e cientificamente relevante e de interesse do/a discente.

Específicos: Identificar o elemento central da formação sobre o qual o estudante deseja aprofundar ou fazer descobertas; traçar um programa com objetivos e estratégias; promover a capacidade reflexiva e a auto-organização profissional do/a discente; possibilitar o enfrentamento teórico-prático de questões que requerem melhor compreensão, considerando a temática de seu curso de especialização; exercitar as capacidades de problematização, de análise, de síntese e de proposição.

Conteúdo Programático

O Plano de Formação será composto pelas seguintes sessões:

a. Identificação do/a discente.
b. Breve descrição do tema a ser tratado.
c. Descrição dos diferentes aspectos que podem ser investigados, de maneira a atribuir uma estrutura que oriente as observações e a tradução do conteúdo do tema em um questionamento instigante, socialmente relevante e cientificamente produtivo.
d. Elaboração de questões problematizadoras que deverão ser respondidas e/ou pesquisadas durante o período em que os/as formandos/as irão permanecer em sua instituição de atuação ou durante o período de realização deste curso. Sugere-se a definição de uma "questão central e orientadora do percurso" e outras questões que permitam responder a diferentes aspectos dessa questão maior. Todo o Plano de Formação, inclusive suas questões orientadoras, deve ter a flexibilidade necessária ao exercício de construção e de reconstrução das hipóteses levantadas, refutadas e/ou confirmadas durante o processo. Para a definição dessa questão, deve-se considerar a sua relevância social, o interesse do/a discente, a disponibilidade do/a orientador/a e as condições materiais/temporais disponíveis.
e. Definição de objetivos.
f. Estratégias, hipóteses e possibilidades de atuação a serem confrontadas com as teorias ou com a realidade estudada.

Metodologia de Ensino

As aulas terão como base os textos e vídeos disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem, os quais alimentarão a reflexão e a discussão em torno dos elementos teóricos e práticos que possam compor novos caminhos e práticas educacionais. A cada aula, uma questão norteadora – derivada do

objetivo da aula – será ponto de partida para a refexão proposta. A ancoragem em conhecimentos prévios e na história de vida de cada cursista será princípio educativo.

Recursos Didáticos

Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle;

Acesso à internet

Critérios de Avaliação

AO1 = 100 pontos

Bibliografia Básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1983.

Bibliografia Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6024**: informação e documentação: Numeração progressiva das seções de um documento**:** apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6027**: informação e documentação: Sumário: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**: informação e documentação: Referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **A pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

SANTOS, C. R. **Trabalho de conclusão de curso (TCC)**: guia de elaboração passo a passo. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

2° SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA							
Curso:	Pós-graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica						
Unidade temática:	Gestão Educacional			**Carga Horária**		30h	
Núcleo:	Específico Fase 1			**Semestre**		2	
Docente	Rayff Anderson de Andrade Tito						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	30h	**Prática**	0h	**EaD**	30h	**Extensão**	

Ementa

Fundamentos e princípios da gestão educacional. Estrutura organizacional de uma instituição escolar. Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Político Pedagógico e os Planos de Gestão. Dimensões da gestão educacional: gestão pedagógica, financeira, administrativa e de pessoas. Atribuições dos coordenadores pedagógicos das escolas. Relações interpessoais dos envolvidos no processo educativo: ética no exercício profissional dos gestores, professores e demais profissionais da educação.

Objetivos

Geral: Conhecer a estrutura organizacional de uma instituição escolar bem como a relevância das relações interpessoais no contexto do processo educativo.

Específicos: Compreender o plano de desenvolvimento institucional, o projeto político pedagógico e os planos de gestão como instrumentos de gestão democrática da escola; refletir sobre as dimensões da gestão escolar (pedagógica, financeira, administrativa, de pessoas; conhecer e compreender as atribuições dos profissionais que exercem funções de gestão nas instituições educativas.

Conteúdo Programático

1. Fundamentos da gestão educacional
2. Princípios da gestão educacional
3. Organização institucional: infraestrutura, PDI, PPP e planos de gestão
4. Dimensões da gestão educacional
5. Os coordenadores pedagógicos: funções e atuações
6. Ética e Relações interpessoais

Metodologia de Ensino

As aulas terão como base os textos e vídeos disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem, os quais alimentarão a reflexão e a discussão em torno dos elementos teóricos e práticos que possam compor novos caminhos e práticas educacionais. A ancoragem em conhecimentos prévios e na história de vida de cada cursista será princípio educativo.

Recursos Didáticos

Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle;

Acesso à internet

Critérios de Avaliação

AO1 + AO2 + AO3 (Avaliação On-line no AVA) = 100 pontos

TFCC = 100 pontos

Bibliografia Básica

GRABOWSKI, Gabriel. **Gestão e planejamento da educação profissional e tecnológica.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Gestao-e-planejamento-da-educacao-profissional-e-tecnologica.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

PARO, Vitor Henrique. Formação de gestores escolares: a atualidade de José Querino Ribeiro. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 453-467, maio/ago. 2009. Disponível em: https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/formacaodegestoresescolares.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

PARO, Vitor Henrique. A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 24, n. 1, p. 127-133, jan./abr. 2008. Disponível em: https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/aestruturadidaticaeadministrativadaescolaeaqualidadedoensinofundamental.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

Bibliografia Complementar

ANA, Wallace Pereira Sant; ANDRADE, Lucas Manoel; NOZAKI, Lauce Noriyo de Moraes; CASTRO, Mad Ana Desiree Ribeiro de; DIAS, Luciana Campos de Oliveira. Reflexões sobre organização e gestão na educação profissional e tecnológica: uma análise dos elementos históricos e sociológicos. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, v. 4, n. 8, 2018. Disponível em: https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/426. Acesso em: 24 jan. 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Gestão da educação com justiça social. Que gestão dos injustiçados? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)**, v. 36, n. 2, p. 768 – 788, mai./ ago. 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/100820/58121. Acesso em: 10 mar. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola "sem" partido:** esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. Disponível em: https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023

LÜCK, Heloísa. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em Aberto**, v. 17, n. 72, 2008. Disponível em: http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2634. Acesso em: 17 jan. 2024.

PARO, Vitor Henrique. A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental. **RBPAE**, v.24, n.1, p. 127-133, jan./abr. 2008. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_05_18.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

PLANO DE DISCIPLINA							
Curso:	Pós-graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica						
Unidade temática:	Políticas Públicas e Legislação para a EPT			**Carga Horária**	30h		
Núcleo:	Específico Fase 1			**Semestre**	2		
Docente	Jose Walter Silva e Silva						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	30h	**Prática**	0h	**EaD**	30h	**Extensão**	

Ementa

Concepções e bases conceituais sobre Estado e políticas educacionais no Brasil. Produção histórica das políticas e das bases legais da educação profissional e tecnológica. Reforma do Estado e influências dos organismos multilaterais na definição das políticas públicas de Educação no Brasil nos anos de 1990. Políticas contemporâneas de educação (os anos 2000). A EPT nas Conferências de Educação, no Plano Nacional de Educação e na LDB.

Objetivos

Geral: Conhecer os conceitos e as abordagens que orientam as políticas públicas no Brasil, tendo como recorte a EPT.

Específicos: Compreender e refletir sobre a influência dos organismos multilaterais na definição das políticas públicas de Educação no Brasil; entender os impactos das políticas e do financiamento sobre a qualidade da educação.

Conteúdo Programático

1. Concepções e bases conceituais sobre Estado e políticas educacionais no Brasil.
2. Produção histórica das políticas e das bases legais da educação profissional e tecnológica. R
3. Reforma do Estado e influências dos organismos multilaterais na definição das políticas públicas de Educação no Brasil nos anos de 1990.
4. A LDBEN de 1996: Contexto e aspecto EPT. Níveis de ensino. Modalidades de ensino. Organização da Educação Nacional e seu financiamento. As diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio e as diretrizes para o EPT. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino Médio. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM).
5. Políticas: Conceito, Contextos e Fases. Abordagem do ciclo de políticas: um modelo de Análise da Trajetória das Políticas. Políticas contemporâneas de educação (os anos 2000). A EPT nas Conferências de Educação, no Plano Nacional de Educação e na LDB.

Metodologia de Ensino

As aulas terão como base os textos e vídeos disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem, os quais alimentarão a reflexão e a discussão em torno dos elementos teóricos e práticos que possam compor novos caminhos e práticas educacionais. A cada aula, uma questão norteadora – derivada do objetivo da aula – será ponto de partida para o debate proposto. A ancoragem em conhecimentos prévios e na história de vida de cada cursista será princípio educativo.

Recursos Didáticos

Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle;

Acesso à internet

Critérios de Avaliação

AO1 + AO2 + AO3 (Avaliação On-line no AVA) = 100 pontos

TFCC = 100 pontos

Bibliografia Básica

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, maio/ago., 2012. Disponível em: https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164. Acesso em: 17 jan. 2024.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais:** uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana, Editora

Moderna, 2011. Disponível em: https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120. Acesso em: 08 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção formação pedagógica, v. 5, 2014. Disponível em: https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

Bibliografia Complementar

DAMASCENA, Edilza Alves; MOURA, Dante Henrique. Formação de professores para a Educação Profissional: sobre políticas e perspectivas. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 14, n. 30, p. 178 - 199, out./dez. 2018. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4367. Acesso em: 17 jan. 2024.

MAGALHÃES, Álcio Crisóstomo; CRUZ, José Adelson. O 'pacto pela educação' e o mistério do 'todos': Estado social e contrarreforma burguesa no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698169491. Acesso em: 26 abr. 2024.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47–69, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf. Acesso em: 24 jan. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI). **Vértices,** v.24, n.2, p. 23, 236-266, maio/ago. 2022. Disponível em: https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16973/16091. Acesso em: 17 jan. 2024.

PIOLLI, Evaldo; SALA, Mauro. Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 69-86, out./nov./dez. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p69-86. Acesso em: 23 jan. 2024.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso:	Pós-graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica		
Unidade temática:	Democracia e Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica	**Carga Horária**	30h

Núcleo:		Específico Fase 1			**Semestre**		2
Docente		Jose Walter Silva e Silva					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	30h	**Prática**	0h	**EaD**	30h	**Extensão**	

Ementa

Conceito de democracia em suas dimensões histórica, política, econômica, educacional e cultural; o papel social da escola e sua contribuição para a construção da cidadania, bem como na reprodução da divisão social de classes. A gestão democrática na e da Educação Profissional e Tecnológica, bem como as instâncias colegiadas e representativas como lócus de construção colegiada. A gestão social como espaço representativo, a partir da ação dialógica e da participação ativa dos sujeitos sociais nos processos decisórios. Os documentos institucionais como expressão da vontade coletiva e orientadores do projeto político-pedagógico da instituição de Educação Profissional e Tecnológica.

Objetivos

Geral: Conceito de democracia e sua relação com a gestão na e da Educação Profissional e Tecnológica, bem como a importância das instâncias representativas e colegiadas para a construção e consolidação do projeto político-pedagógico.

Específicos: Conceituar Democracia a partir da evolução de ideias e práticas historicamente constituídas, suas especificidades, elementos componentes e ameaças, sobretudo na contemporaneidade; apresentar o histórico, os fundamentos e os objetivos da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, discutindo limites e possibilidades para a consolidação de gestões democráticas em suas diversas instâncias; analisar a importância dos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPPs) na formação identitária das instituições de ensino, destacando a importância do caráter diretivo, político e avaliativo do documento na relação que deve manter com o ambiente interno e externo da escola.

Conteúdo Programático

1. Da democracia clássica à democracia liberal dos Estados burgueses;
2. Formas históricas e contemporâneas de ataques à democracia;
3. Conceitos, limites e possibilidades de gestão escolar;
4. Projetos políticos-pedagógicos: intencionalidades na Educação Profissional e Tecnológica;
5. Omnilateralidade, politecnia e educação integrada: fundamentos teórico-epistemológicos da gestão democrática da Educação Profissional e Tecnológica.

Metodologia de Ensino

As aulas terão como base os textos e vídeos disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem, os quais alimentarão a reflexão e a discussão em torno dos elementos teóricos e práticos que possam compor novos caminhos e práticas educacionais. A cada aula, uma questão norteadora – derivada do objetivo da

aula – será ponto de partida para o debate proposto. A ancoragem em conhecimentos prévios e na história de vida de cada cursista será princípio educativo.

Recursos Didáticos

Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle;

Acesso à internet

Critérios de Avaliação

AO1 + AO2 + AO3 (Avaliação On-line no AVA) = 100 pontos

TFCC = 100 pontos

Bibliografia Básica

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [*s. l.*], v. 1, n. 23, 2023. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167. Acesso em: 08 jan. 2024.

MARKOF, John. Democracia: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras. **Sociologias**, ano 15, n.º 32, p. 18-50, jan./abr. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/tW43qxPJdJhqQzWX37FySWp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 03 jan. 2024.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/z3kMwmdfKMTGM6pb6ZKzXjt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 jan. 2024.

Bibliografia Complementar

APOLINÁRIO, José Antônio Feitosa; SOUZA, Diego Kehrle. Algumas considerações sobre a interdependência entre democracia e educação no pensamento ocidental. **Filosofia e Educação**, [*s. l.*], v. 6, n. 2, p. 208–244, 2014. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635378. Acesso em: 5 jan. 2024.

BASTOS, Eliana Nunes Maciel; LUZ, Iussara Any da Silva; ARTUSO, Alysson Ramos. A gestão democrática na Educação Profissional e Tecnológica. **Além dos Muros da Universidade** (ALEMUR), v.6, n.2, p. 01-11, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufop.br/alemur/article/view/4520. Acesso em: 23 jan. 2024.

GADOTTI, Moacir. Gestão Democrática com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional. **CONAE**, 2014. Disponível em: https://www.jaciara.mt.gov.br/arquivos/anexos/05062013105125.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ivana Campos; VASQUES-MENEZES, Ione. Revisão de literatura: o conceito de gestão. **Caderno de Pesquisa**, v. 48, n.169, mai./ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/h8K6zLFps4LjXwjkqnBGPyD#. Acesso em: 16 jan. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI). **Vértices**, v.24, n.2, p. 23, 236-266, maio/ago. 2022. Disponível em:

https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16973. Acesso em: 23 jan. 2024.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso:	Pós-graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica		
Unidade temática:	Planejamento Educacional e Avaliação Institucional na Educação Profissional e Tecnológica	**Carga Horária**	30h
Núcleo:	Específico Fase 1	**Semestre**	2
Docente	Sinthya Pinheiro Costa		

Distribuição da Carga Horária							
Teórica	30h	**Prática**	0h	**EaD**	30h	**Extensão**	

Ementa

Planejamento em instituições educativas com ênfase no planejamento participativo como base para a gestão democrática no âmbito da educação profissional e tecnológica. Contribuição da avaliação institucional, em especial a autoavaliação institucional na perspectiva da avaliação educacional e emancipatória. Cultura da autoavaliação como promotora da autonomia institucional. O trabalho da gestão escolar e educacional na relação entre planejamento participativo e autoavaliação institucional, bem como sua contribuição para a construção e consolidação do projeto institucional, assim como dos documentos institucionais que os sustentam.

Objetivos

Geral: Analisar a relação entre o planejamento e a avaliação institucional em uma perspectiva participativa e emancipatória e sua contribuição para o plano de desenvolvimento institucional e para o projeto político-pedagógico na e da Educação Profissional e Tecnológica.

Conteúdo Programático

1. Planejamento em instituições educativas com ênfase no planejamento participativo como base para a gestão democrática no âmbito da educação profissional e tecnológica;
2. Os níveis de planejamento e a importância de planejar;
3. Estratégias de ensino e aprendizagem;
4. Contribuição da avaliação institucional, em especial a autoavaliação institucional na perspectiva da avaliação educacional e emancipatória;
5. Cultura da autoavaliação como promotora da autonomia institucional;
6. O trabalho da gestão escolar e educacional na relação entre planejamento participativo e autoavaliação institucional, bem como sua contribuição para a construção e consolidação do projeto institucional, assim como dos documentos institucionais que os sustentam.

Metodologia de Ensino
As aulas terão como base os textos e vídeos disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem, os quais alimentarão a reflexão e a discussão em torno dos elementos teóricos e práticos que possam compor novos caminhos e práticas educacionais. A cada aula, uma questão norteadora – derivada do objetivo da aula – será ponto de partida para o debate proposto. A ancoragem em conhecimentos prévios e na história de vida de cada cursista será princípio educativo.
Recursos Didáticos
Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle; Acesso à internet
Critérios de Avaliação
AO1 + AO2 + AO3 (Avaliação On-line no AVA) = 100 pontos TFCC = 100 pontos
Bibliografia Básica
NEZ, Egeslaine de; SOUZA, Warley Carlos de. Planejamento Participativo: elementos para o debate em ação. **Educação, Cultura e Sociedade**, v. 8, n. 2, p. 495-509, jul./dez., 2018. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8435. Acesso em: 17 jan. 2024. SAUL, Ana Maria. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1299-1311, dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/3nMScNcgg4HFXrrMTTTsGtc/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 jan. 2024. SORDI, Mara Regina Lemes de; OLIVEIRA, Sara Badra de; SILVA, Margarida Montejano da; BERTAGNA, Regiane Helena; DALBEN, Adilson. Indicadores de qualidade social da escola pública: avançando no campo avaliativo. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 716-753, set./dez. 2016. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/4073/3271. Acesso em: 23 jan. 2024.
Bibliografia Complementar
AFONSO, Almerindo Janela. Questões, objetos e perspectivas em avaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba/SP, v. 19, n. 2, p. 487-507, jul. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/GVKXmvt8nrpmCkGk7dGH5Rv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 jan. 2024. BORGES, Nieysila Simara da Silva Castro; SALAZAR, Deuzilene Marques. Avaliação institucional interna na perspectiva dos atores escolares da Educação Profissional e Tecnológica.**VI CONEDU**, v. 1, 2020. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65300. Acesso em: 09 jan. 2024.

CAMPOS, Adriana Mari de Almeira Maia, CARNEIRO, Tereza Gomes. Possibilidades de articulação entre as Bases Conceituais da EPT e o PDI nos Institutos Federais. **Cadernos de Educação Básica**, 2020. Disponível em: https://www.semanticscholar.org/paper/POSSIBILIDADES-DE-ARTICULA%C3%87%C3%83O-ENTRE-AS-BASES-DA-EPT-Campos-Carneiro/dc6f199050336aea7bee8113508e2e817872ce94. Acesso em: 23 jan. 2024.

PERUCH, Marilda; MILAK, Roseli Rosseti; PERES, Maria Gisele. **Desafios e perspectivas nos modelos de gestão da EPT no CEDUP Abílio Paulo em Criciúma/SC**. Repositório IFSC. Disponível em: https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/1420/Artigo%20Final-%20Roseli%20e%20Marilda.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 jan. 2024.

SANTOS, Claudinete Maria dos; FERRI, Lúcia Maria Correa Gomes; MACEDO, Mara Elisa Capovilla Martins de. O planejamento participativo da escola como prática inovadora. **Cadernos de Educação**, Pelotas/RS, n. 41, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/2098. Acesso em: 09 jan. 2024.

SANTOS, João Alberto Neves dos; SEPULVEDA, Fernando A. Miranda; SERRAVALE, Alberto França. Implementação do Planejamento Estratégico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2012. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/66216886.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

SOUZA, Valesca Rodrigues; MENDES, Maria Aparecida Colares. Reflexões sobre a Avaliação Institucional nos Institutos Federais: formação ou regulação? **3º Simpósio Avaliação da Educação Superior.** Florianópolis, SC, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179394/101_00798%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 jan. 2024.

PLANO DE DISCIPLINA							
Curso:	Pós-graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica						
Unidade temática:	Trabalho de Conclusão de Curso II			**Carga Horária**	15h		
Núcleo:	Específico Fase 1			**Semestre**	2		
Docente	Jailma Freire Marinho						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	15h	**Prática**	0h	**EaD**	15h	**Extensão**	

Ementa

Elaboração de um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído no TCC1.

Objetivos

Geral: Elaborar um breve inventário dos estudos já realizados

Específico: Revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações a serem realizadas.

Conteúdo Programático

6. Plano de formação elaborado no TCC1;
7. Reflexões acerca do conteúdo programático no núcleo específico 1.

Metodologia de Ensino

As aulas terão como base os textos e vídeos disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem, os quais alimentarão a reflexão e a discussão em torno dos elementos teóricos e práticos que possam compor novos caminhos e práticas educacionais. A cada aula, uma questão norteadora – derivada do objetivo da aula – será ponto de partida para o debate proposto. A ancoragem em conhecimentos prévios e na história de vida de cada cursista será princípio educativo.

Recursos Didáticos

Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle;

Acesso à internet

Critérios de Avaliação

AO1 = 100 pontos

Bibliografia Básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1983

Bibliografia Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6024**: informação e documentação: Numeração progressiva das seções de um documento**:** apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6027**: informação e documentação: Sumário: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**: informação e documentação: Referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **A pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

SANTOS, C. R. **Trabalho de conclusão de curso (TCC)**: guia de elaboração passo a passo. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

3° SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA							
Curso:	Pós-graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica						
Unidade temática:	Gestão da Escola de Educação Profissional e Tecnológica Integral e Integrada			**Carga Horária**	30h		
Núcleo:	Específico Fase 2			**Semestre**	3		
Docente	Rayff Anderson de Andrade Tito						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	30h	**Prática**	0 h	**EaD**	30h	**Extensão**	
Ementa							
Gestão da Educação Profissional e Tecnológica para a contribuição institucional aos processos de formação humana integral e o currículo integrado. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para um projeto educativo que dialogue com a sociedade e com o mundo do trabalho. O trabalho da gestão na proposição de políticas institucionais para o desenvolvimento e a consolidação da educação humana integral e da escola integral.							
Objetivos							
Geral: Conhecer os pressupostos da gestão em EPT com vistas a potencializar os processos de formação humana integral e o currículo integrado. **Específicos**: Analisar as conjecturas da gestão em EPT; identificar políticas que sustentem as práticas indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão no currículo integrado e integral; possibilitar formas de integração entre a formação humana e o currículo para uma gestão eficaz em EPT.							
Conteúdo Programático							

1. A formação humana no contexto da EPT
2. O currículo integrado
3. Indissociabilidade do tripé: ensino, pesquisa e extensão
4. As políticas institucionais na educação humana integral
5. Curricularização na educação integral

Metodologia de Ensino

As aulas terão como base os textos e vídeos disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem, os quais alimentarão a reflexão e a discussão em torno dos elementos teóricos e práticos que possam compor novos caminhos e práticas educacionais. A ancoragem em conhecimentos prévios e na história de vida de cada cursista será princípio educativo.

Recursos Didáticos

Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle;

Acesso à internet

Critérios de Avaliação

AO1 + AO2 + AO3 (Avaliação On-line no AVA) = 100 pontos

TFCC = 100 pontos

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Carlos Wagner Costa; BARCELOS, Renata Gerhardt; CÉLIA, Luciana dos Santos; MOLL, Jaqueline. Aspectos da educação integral no Brasil: disputas conceituais, ideológicas e políticas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 1, p. 421-440, jan./abr. 2023. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/66468/35147. Acesso em: 17 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional.** Curitiba/ PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf. Acesso em: 09 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, e13666, mar. 2022. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13666/pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

Bibliografia Complementar

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956/5723. Acesso em: 17 jan. 2024.

COSTA, Patrícia Furtado Fernandes; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Referências históricas e teóricas para a análise crítica da produção do conhecimento no Brasil sobre currículo integrado e ensino médio integrado. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 35, jan-abr, 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40495. Acesso em: 09 jan. 2024.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229. Acesso em: 09 jan. 2024.

MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na prática profissional do ensino médio integrado à educação profissional. **ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS**, v. 7, n. 1, Edição Especial 4° Seminário de Pós-Graduação do IFRS, p: 187-202, jun. 2020. Disponível em: https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4131/2616. Acesso em: 17 jan. 2024.

SANTOS, Romário Farias Pedrosa dos. Uma breve retrospectiva histórica da educação integral no Brasil e os marcos legais para sua implantação nos estados da federação. **Conedu**, VII Congresso Nacional de Educação, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV151_MD1_SA121_ID8774_29072021153757.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

PLANO DE DISCIPLINA							
Curso:	Pós-graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica						
Unidade temática:	Gestão para a Inclusão e Diversidades			**Carga Horária**	30h		
Núcleo:	Específico Fase 2			**Semestre**	3		
Docente	Jose Walter Silva e Silva						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	30h	**Prática**	0h	**EaD**	30h	**Extensão**	
Ementa							

Retrospectiva histórica, legislação e políticas públicas de inclusão, diversidade e ações afirmativas no Brasil. Educação e trabalho como direitos fundamentais. Gestão e cumprimento das legislações acerca das políticas de valorização da diversidade e das ações afirmativas, considerando as desigualdades dos grupos que padeceram de injustiças históricas pela escravização, como é o caso dos povos indígenas, população negra e comunidades quilombolas, bem como das pessoas com deficiência, mulheres, população LGBTQIA+, refugiados, entre outros, considerando as interseccionalidades e as singularidades na EPT. A gestão na organização dos serviços e da infraestrutura institucional como condição para inclusão e valorização da diversidade. O trabalho da gestão nas dimensões de acessibilidade. Acessibilidade curricular.

Objetivos

Geral: Compreender o papel da gestão no cumprimento das legislações acerca das políticas de valorização da diversidade e das ações afirmativas, considerando as desigualdades dos grupos que padeceram de injustiças históricas pela escravização, como é o caso dos povos indígenas, população negra e comunidades quilombolas, assim como as pessoas com deficiência, mulheres, população LGBTQIA+, refugiados, entre outros, considerando as interseccionalidades e as singularidades educacionais específicas na EPT.

Específicos: Definir inclusão, diversidade e ações afirmativas, destacando as contribuições dos movimentos sociais na construção dessas políticas nacionais; apresentar as principais normativas nacionais voltadas à inclusão e à diversidade, sobretudo aquelas direcionadas ao ambiente escolar; conceituar interseccionalidade, evidenciando as relações socioeconômicas, políticas e culturais que conectaram raça, gênero e classe social na sociedade brasileira.

Conteúdo Programático

7. Antecedentes históricos das legislações e políticas de inclusão, diversidade e ações afirmativas no Brasil;
8. A contribuição dos movimentos sociais na construção das políticas de inclusão, diversidade e ações afirmativas;
9. Inclusão, diversidade e ações afirmativas na Educação brasileira;
10. A interseccionalidade como *práxis* pedagógica;
11. Práticas de cumprimento das exigências educacionais de inclusão, diversidade e ações afirmativas

Metodologia de Ensino

As aulas terão como base os textos e vídeos disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem, os quais alimentarão a reflexão e a discussão em torno dos elementos teóricos e práticos que possam compor novos caminhos e práticas educacionais. A cada aula, uma questão norteadora – derivada do objetivo da aula – será ponto de partida para o debate proposto. A ancoragem em conhecimentos prévios e na história de vida de cada cursista será princípio educativo.

Recurso Didáticos

Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle;

Acesso à internet

Critérios de Avaliação

AO1 + AO2 + AO3 (Avaliação On-line no AVA) = 100 pontos

TFCC = 100 pontos

Bibliografia Básica

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Brasileiro Indaga e Desafia as Políticas Educacionais. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (ABPN), [*s.l.*], v. 11, ed. especial, p. 141-162, maio 2019. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/687. Acesso em: 23 jan. 2024.

SCHERER, Renata Porcher. Diferenciação curricular no Ensino Médio Integrado: recursos acessíveis, mediação pedagógica e trabalho colaborativo. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v1, n. 22, e11492, 2022. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11492. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília, Distrito Federal, out. 2004. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana Acesso em: 23 jan. 2025.

Bibliografia Complementar

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 jan. 2024.

PASSOS, Pamela; MULICO, Leslie. **Educação em Direitos Humanos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** João Pessoa: PB, IFPB, 2019. Disponível em: http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/242.
Acesso em: 23 jan. 2021.

SANTOS, Keysiani; MENDES, Eniceia. Ensinar a todos e a cada um em escolas inclusivas: a abordagem do ensino diferenciado. **Revista Teias - ProPed UERJ**, v. 22, n. 66, 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/57138/38786. Acesso em: 10 jan. 2024.

SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. **Retratos da escola**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 75-90, 2020. Disponível em: http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1095. Acesso em: 23 jan. 2024.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. **Educação e Pesquisa**, v. 47, 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/186955. Acesso em: 24 jan. 2024.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso:	Pós-graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica		
Unidade temática:	Gestão para a Permanência e o Êxito	**Carga Horária**	30h
Núcleo:	Específico Fase 2	**Semestre**	3

Docente	Jose Walter Silva e Silva

Distribuição da Carga Horária

Teórica	30h	Prática	0h	EaD	30h	Extensão	

Ementa

Permanência e êxito na EPT e sua relação com os fatores individuais, internos aos estudantes, os fatores internos à instituição escolar, bem como os fatores externos. A gestão no processo de institucionalização de uma proposta educacional que considere o desenvolvimento humano integral na articulação entre as dimensões individuais, laborais, científica e cultural para a permanência e o êxito dos estudantes. O trabalho da gestão no planejamento e no acompanhamento da organização do currículo, das práticas pedagógicas e dos modelos e instrumentos de avaliação como forma de contribuir com a permanência e o êxito dos estudantes na EPT.

Objetivos

Geral: Contribuir para o estudo dos fatores institucionais e das atividades de gestão que podem promover a permanência e o êxito dos estudantes na EPT, bem como as possibilidades de institucionalização de uma proposta educacional para o combate à evasão.

Específicos: Analisar os fatores individuais e internos que influenciam a permanência e o êxito dos estudantes na EPT, incluindo aspectos emocionais, sociais e acadêmicos; avaliar como as políticas, práticas e estruturas institucionais impactam a permanência e o êxito dos estudantes, considerando a gestão curricular, pedagógica e de avaliação; investigar fatores externos que afetam a permanência e o êxito dos estudantes, como contexto socioeconômico, mercado de trabalho e políticas públicas; propor estratégias e ações de gestão que visem à institucionalização de práticas educacionais que promovam a permanência e o êxito dos estudantes, com foco na redução da evasão escolar.

Conteúdo Programático

1. Conceitos de permanência e êxito na EPT
2. Fatores individuais e internos
3. Gestão institucional e curricular
4. Fatores externos e contexto social
5. Estratégias de intervenção e acompanhamento

Metodologia de Ensino

As aulas terão como base os textos e vídeos disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem, os quais alimentarão a reflexão e a discussão em torno dos elementos teóricos e práticos que possam compor novos caminhos e práticas educacionais. A cada aula, uma questão norteadora – derivada do objetivo da aula – será ponto de partida para o debate proposto. A ancoragem em conhecimentos prévios e na história de vida de cada cursista será princípio educativo.

Recursos Didáticos

Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle;

Acesso à internet

Critérios de Avaliação

AO1 + AO2 + AO3 (Avaliação On-line no AVA) = 100 pontos

TFCC = 100 pontos

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Adilson Cesar de; MENDES, Josué de Sousa (Orgs.). **Evasão na Educação:** estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014. Disponível em: http://rimepes.fae.ufmg.br/livros/Dore%20et%20al.%20-%202014%20-%20Evasao%20na%20educacao%20-%20estudos,%20politicas%20e%20propostas.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação**. Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.** Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2014.Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jan. 2024.

COELHO, Alexsandra Joelma Dal Pizzol; GARCIA, Nilson Marcos Dias. Direito à Educação: analisando políticas públicas de apoio à permanência escolar na educação profissional e tecnológica. *In:* VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de (Org.). **Processos de transformação do mundo do trabalho.** Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/processos-de-transformacao-do-mundo-do-trabalho. Acesso em: 23 jan. 2024.

Bibliografia Complementar

FRANÇA, Suzane Bezerra de; SOUZA, Daniela Pedrosa de. Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos: um estudo na rede estadual de ensino de Pernambuco. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 14, n. 3, set./dez. 2021. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/18194/9801. Acesso em: 23 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; ESCOTT, Clarice Monteiro. Trabalho, educação e cultura nas fronteiras entre o urbano e o campo. **Educação, Sociedade & Culturas**, Portugal, n. 64, 2023. Disponível em: https://www.up.pt/revistas/index.php/esc-ciie/article/view/482. Acesso em: 10 jan. 2024.

SACRAMENTO, Laura Neta Dias do; ALBUQUERQUE, Monck Charles Nunes de; CYPRIANI, Carlos Alex Cantuário. Estudo sobre evasão e permanência no Ensino Técnico de Nível Médio Integrado: um mapeamento sistemático de literatura. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 26, p. 76-99, jul./dez. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/65575/1/2021_art_lndsacramentomcnalbuquerque.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

SOUZA, Vanessa Faria de; ROCHA, Tiago Rios da; MANICA Edimar; LAVARDA, Roger Luis Holf; ROSA, Ronaldo Serda da. Reformulação curricular como ação para permanência e êxito: uma experiência colaborativa no Campus Ibirubá. *In:* LORENZET, Deloíse *et al*. **Permanência e êxito no IFRS:** Reflexões e práticas. São Paulo, SP: Pimenta Cultural, 2021. Disponível em: https://dspace.ifrs.edu.br/xmlui/handle/123456789/465. Acesso em: 17 jan. 2024.

TIMÓTEO, Marcela de Oliveira. Estratégias de diversidade, inclusão e equidade de gênero e raça em órgãos da administração pública federal: avanços e desafios. **Revista do TCU,** v. 1, n. 150, p.1-23, jul./dez. 2022. Disponível em: https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1841. Acesso em: 17 abr. 2024.

PLANO DE DISCIPLINA							
Curso:	Pós-graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica						
Unidade temática:	Trabalho de Conclusão de Curso III			**Carga Horária**	30h		
Núcleo:	Específico Fase 2			**Semestre**	3		
Docente	Jailma Freire Marinho						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	30h	**Prática**	0h	**EaD**	30h	**Extensão**	

Ementa

Elaboração e apresentação do Relatório de Formação, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Objetivos

Geral: Orientar os discentes na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (Relatório de Formação).

Específicos: Estabelecer relações de interface com o memorial construído no percurso formativo; aprofundar as questões colocadas no Plano de Formação.

Conteúdo Programático

A estrutura desse relatório pode ser a seguinte:

a. Título.
b. Resumo.
c. Sumário.
d. Introdução.

e. Desenvolvimento (explicitação da metodologia, das teorias levantadas e dos dados coletados e análise).
f. Conclusão.
g. Plano de Ação ou Indicações práticas.
h. Referências em conformidade com as regras da ABNT vigentes.

Metodologia de Ensino
Encontros individuais com o/a orientador/a
Recursos Didáticos
Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle; Acesso à internet
Critérios de Avaliação
Entrega do TCC escrito via AVA e defesa oral presencial nos polos de Educação a Distância.
Bibliografia Básica
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
Bibliografia Complementar
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6024**: informação e documentação: Numeração progressiva das seções de um documento**:** apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6027**: informação e documentação: Sumário: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**: informação e documentação: Referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. LAKATOS, E.M. ; MARCONI, M. A. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1983.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
Reitoria
Av. João da Mata, 256, Jaguaribe, CEP 58015-020, João Pessoa (PB)
CNPJ: 10.783.898/0001-75 - Telefone: (83) 3612.9701

Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

PPC Pós-Graduação Gestão na EPT

Assunto:	PPC Pós-Graduação Gestão na EPT
Assinado por:	Jailma Marinho
Tipo do Documento:	Projeto
Situação:	Finalizado
Nível de Acesso:	Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência:	Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Jailma Freire Marinho**, **PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 15/10/2026 12:49:51.

Este documento foi armazenado no SUAP em 15/10/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2017431
Código de Autenticação: aa27f01cd1